



VII – GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

A eficiência do gasto público é uma das prioridades do Governo, aliada à prestação de serviços de qualidade ao cidadão. Assim, associado a medidas para melhoria da qualidade e da efetividade do gasto público, bem assim da transparência e do combate à corrupção, busca-se a melhoria no atendimento à população, mediante a simplificação de processos, eliminação de exigências e controles desnecessários e a facilitação do acesso aos serviços públicos.

Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos por meio de financiamentos apoiados no instituto da Parceria Público-Privada (PPP) tem sido uma das vertentes da atuação governamental para o provimento da infraestrutura social e econômica necessária ao crescimento do País. A utilização desse mecanismo permite a provisão de infraestrutura, resguardadas as restrições orçamentárias e o compartilhamento de riscos do projeto com o setor privado.

Para a avaliação qualitativa e quantitativa de projetos com vistas à contratação de PPP, foi concluído o processo licitatório para a contratação de consultoria, por meio de cooperação com o BID. Para disseminar essa prática no âmbito da Administração Pública, foram também celebrados pela União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), acordos de cooperação técnica com Estados e órgãos setoriais, com o objetivo de fornecer suporte técnico para a estruturação de projetos, a exemplo das parcerias com os Estados da Bahia, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

O primeiro projeto de PPP da esfera federal – Projeto do Consórcio Datacenter –, formado pelo Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, para a disponibilização e o gerenciamento de um Complexo Datacenter de alto padrão, em regime de “*co-location*”, por 15 anos, na cidade de Brasília, já foi licitado, devendo ser iniciada a implementação neste exercício. Outro projeto federal de PPP é o Projeto de Irrigação Pontal, no Município de Petrolina/PE, cujo edital de licitação internacional foi lançado no último mês de dezembro. O projeto é uma oportunidade para empresas de desenvolvimento de infraestrutura envolverem-se em uma concessão de longo prazo, para a construção e operação de infraestrutura de irrigação no setor de agronegócios brasileiro. O Projeto Pontal consiste na implantação de perímetro de irrigação, numa área de 7.862 hectares irrigáveis, com captação de cerca de 7,8 m³/s de água no rio São Francisco, com grande potencial para a fruticultura.

No que se refere à captação de recursos externos para o financiamento de projetos de investimento, no ano de 2009, em função da demanda crescente por financiamento externo por parte dos Estados e Municípios, manteve-se uma avaliação criteriosa e seletiva com relação à adequação das propostas de financiamento com as estratégias de desenvolvimento nacionais e regionais, além das capacidades financeira e de implementação dos futuros mutuários. Em nível federal, observou-se o impacto dessas operações de financiamento, tanto do ponto de vista das restrições impostas pelo limite consolidado para operações de crédito externo da União, quanto do valor agregado a ser gerado por essas operações nos órgãos beneficiários. Assim, foi recomendada a preparação de 80 novos empréstimos externos (equivalentes a US\$ 15,1 bilhões), e de 37 doações (aproximadamente US\$ 1,0 milhão). Foram contratadas, com Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFIDs), 30 operações de financiamento externo reembolsáveis e não reembolsáveis, equivalentes a US\$ 3,7 bilhões. Desse total, a maior participação nos recursos coube aos Estados (56,7%, em 17 operações), seguida dos Municípios (26,7%, em 8 operações) e da União (16,6%, em 5 operações).

O ano de 2009 foi de intenso relacionamento com os OFIDs, particularmente em consequência da crise econômico-financeira mundial iniciada em 2008. Nesse cenário, o Governo teve papel relevante na elaboração de propostas voltadas a dotar tais organismos de recursos e instrumentos financeiros que lhes permitissem intervir, de forma efetiva e rápida, na recuperação das economias de seus países-membros. O Brasil, nesse período: i) tornou-se Membro Pleno da Corporação Andina de Fomento (CAF); ii) dobrou sua participação no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA); iii) participou ativamente das discussões sobre a nona recomposição de recursos do BID; iv) aprovou o início das discussões para o sexto aumento de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); v) formalizou os trâmites internos para a adesão do País ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); e vi) concluiu os trâmites para participar da quarta recomposição de capital do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), bem como participou das negociações para a sua quinta recomposição.

Com vistas a propiciar a coordenação da participação do País nos organismos internacionais, o aprimoramento da capacidade de análise sobre a conveniência da participação nesses organismos e a melhor gestão dos recursos financeiros destinados ao pagamento das respectivas contribuições, foram transferidas para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão as ações orçamentárias referentes aos pagamentos das referidas contribuições. Em termos de valores, foram executados financeiramente cerca de R\$ 472 milhões, referentes ao pagamento de contribuições a essas instituições internacionais.

No tocante ao comércio internacional, o Governo, dentre outras iniciativas, criou grupo para internalizar a análise de risco dos países para os quais o Governo fornece financiamento. Nesse sentido, buscou-se tornar mais eficiente o crédito destinado a esses países e, portanto, permitir maior expansão qualitativa, quando necessário, das operações de apoio ao comércio exterior brasileiro.

A condução da política fiscal do Governo, em 2009, objetivou minimizar os efeitos adversos da crise econômica e financeira internacional sobre a economia sem comprometer o objetivo da meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Assim, foram implementadas medidas de: i) desoneração tributária, destacando-se as desonerações sobre produtos industrializados (IPI), sobre transações financeiras (IOF) e rendimento pessoal (IRPF); ii) aumento dos investimentos e dos gastos do Governo, destacando-se a extensão do benefício de seguro desemprego, a recomposição de perdas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), e o Programa Minha Casa, Minha Vida; iii) equalização de taxas de juros, destacando-se o empréstimo de R\$ 100 bilhões ao BNDES e a concessão de subvenção econômica a esse Banco para operações de aquisição e produção de bens de capital e de incentivo à inovação tecnológica. Tais medidas tiveram um custo de 1,2 ponto percentual do PIB e desempenharam um papel fundamental na retomada da atividade econômica observada ao longo de 2009.

Para que o Governo viabilizasse a adoção das mencionadas medidas de política fiscal anticíclica, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 15, de 2009, que, aprovado, resultou na Lei nº 12.053, de 2009, reduzindo a meta de superávit primário do setor público consolidado de 3,80% do PIB para 2,50%. A acentuada redução na relação dívida/PIB obtida no período recente, somada à perspectiva de queda nas taxas de juros, possibilitaram, naquele cenário, projetar a continuidade do declínio dessa relação com apoio das novas metas fiscais propostas. Dessa forma, o superávit no patamar proposto, a retomada esperada do crescimento da economia e a redução do custo da dívida pública permitirão a continuidade da trajetória de queda da dívida líquida do setor público não financeiro como proporção do PIB nos próximos anos.

O ano passado foi marcado por avanços importantes no processo de resgate e fortalecimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, impondo maior transparência e *accountability*, por meio da adoção de padrões internacionais de contabilidade.

Nesse contexto, foram fortalecidas as competências e atribuições da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, promovendo maior integração entre esse órgão e os Órgãos Setoriais de Contabilidade da Administração Pública Federal, e fornecendo suporte jurídico necessário ao processo de padronização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Nacional, com vistas à consolidação das contas nacionais.

Com esse objetivo, foi desenvolvido, pela STN, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a ser utilizado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o que representa um marco histórico da contabilidade pública brasileira. O objetivo é ter o novo Plano de Contas concluído em 2010, visando à sua implantação no Governo Federal e Estados, em 2012, e nos Municípios, em 2013. A STN, também em 2009, elaborou e publicou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual dos Demonstrativos Fiscais, que modernizarão e padronizarão a produção de informações contábeis e fiscais no âmbito das três esferas de governo. Ainda em 2009, foi desenvolvido o Sistema de Custos para a Administração Pública Federal, com o intuito de fornecer instrumentos aos gestores públicos para a melhoria da qualidade e o aumento da eficiência do gasto público. O sistema já se encontra implementado e será disponibilizado para os usuários a partir de 2010, permitindo a produção de relatórios pormenorizados sobre os custos da Administração Pública.

a) Arrecadação Tributária

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu a cifra de R\$ 671,6 bilhões, no ano de 2009. O desempenho da arrecadação, comparando com igual período de 2008, apresenta uma variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de -3,05%. O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) redução no crescimento de indicadores macroeconômicos, uma vez que, com exceção da massa salarial, os principais indicadores macroeconômicos que influenciam diretamente a arrecadação de tributos, em especial a produção industrial, a lucratividade das empresas e o volume geral de vendas no varejo, apresentaram forte desaceleração, especialmente no período de dezembro de 2008 a setembro de 2009, em relação a igual período de 2007 a 2008; ii) compensação no pagamento de tributos: foram apuradas, nos dez primeiros meses de 2009, compensações, especialmente de Cofins, PIS e CIDE, no valor de cerca de R\$ 3,0 bilhões, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamento a maior, em períodos anteriores, principalmente, do IRPJ e da CSLL; iii) desonerações tributárias: a redução na arrecadação, no ano de 2009, em relação ao mesmo período de 2008, decorrente de desonerações tributárias, foi estimada em cerca de R\$ 24,9 bilhões; iv) a CPMF foi extinta a partir dos fatos geradores de janeiro de 2008, no entanto, nesse mês ocorreu arrecadação, ainda em valor expressivo, por conta de fatos geradores do último decêndio de dezembro de 2007; v) transferência de depósitos judiciais: houve a transferência de aproximadamente R\$ 8,9 bilhões relativos a depósitos judiciais que estavam depositados na Caixa Econômica Federal e outros bancos, para a Conta Única do Tesouro Nacional; e vi) parcelamento ou pagamento de dívidas: ao final do ano de 2009, houve pagamentos relativos à Lei nº 11.941 e à MP nº 470, ambas de 2009 (crédito prêmio do IPI). Dessa forma, considerando a crise externa e à luz da experiência internacional, bem assim as mencionadas políticas anticíclicas implementadas pelo Governo, pode-se considerar que o resultado da receita correspondeu às expectativas feitas e foi suficiente para o atendimento da meta de superávit primário legalmente estabelecida.

b) Fortalecimento do Investimento Público

Em 2009, a queda nos repasses do FPM, fonte de recursos fundamental para muitos Municípios, causou grande dificuldade financeira para o cumprimento das responsabilidades desses Entes Federativos. Para contornar essa situação, o Governo Federal

adotou compensação em caráter extraordinário para equalizar os montantes transferidos em 2008 e 2009, por meio da abertura de dois créditos extraordinários, de R\$ 1 bilhão cada, com base em recursos do superávit financeiro na União apurado em 2008. Para os Estados, também prejudicados pela queda nos repasses do FPE, optou-se pela abertura de duas linhas de crédito, junto ao BNDES, totalizando R\$ 10 bilhões, disponíveis para despesas com investimentos. Ademais, foram transferidos aos Entes Federativos R\$ 1,95 bilhão de auxílio financeiro destinado ao fomento das exportações e, ainda, antecipou-se R\$ 1,06 bilhão do repasse de recursos do Fundeb, nos meses de abril a junho, auxiliando a recomposição de caixa dos Estados nesse período.

Para reforçar a capacidade de empréstimos do BNDES, fundamental num momento de crise no qual as fontes convencionais de crédito tendem a se tornar mais escassas, o Governo editou a Medida Provisória nº 453, de 2009, convertida na Lei nº 11.948, de 2009, que autorizou a União a conceder empréstimo de até R\$ 100 bilhões ao Banco, em condições financeiras competitivas. Além disso, diante da expressiva queda no volume de investimentos, em 2009, autorizou-se a mencionada concessão de subvenção econômica ao BNDES para operações de aquisição e produção de bens de capital e de incentivo à inovação tecnológica, até o limite de R\$ 44 bilhões. Como estratégia de combate ao déficit habitacional brasileiro e aos efeitos adversos da crise ao setor de construção civil, foi lançado o já referido Programa Minha, Casa Minha Vida, com autorização para o Tesouro Nacional realizar a equalização de encargos financeiros ao BNDES até o limite de R\$ 5 bilhões, favorecendo as condições financeiras para o alcance da meta de contratação da construção de um milhão de casas, até o fim de 2010. Vale destacar, também, a ampliação dos Programas de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, Provias e Caminho da Escola e, ainda, o lançamento do Procopa, que financiará a construção e reforma de estádios para a Copa do Mundo de 2014.

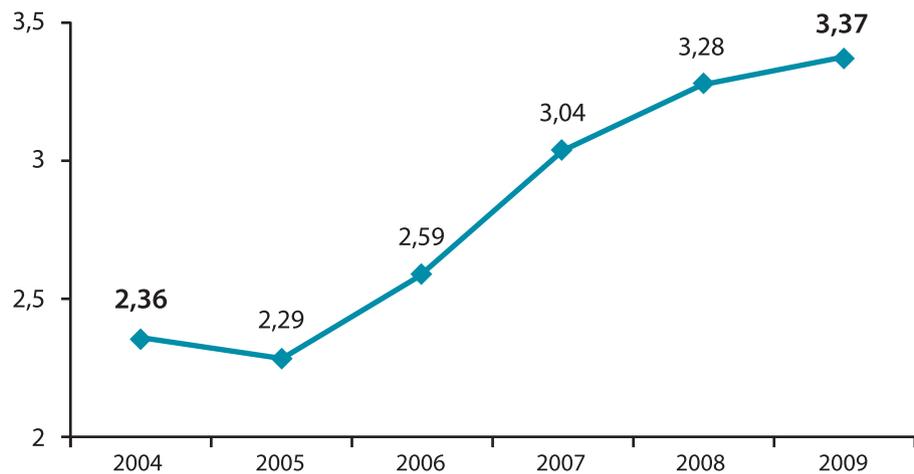
c) Dívida Ativa da União

Em 2009, a Dívida Ativa da União (DAU), administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ficou em torno de R\$ 37,5 bilhões, resultando no crescimento de 12,52% em relação ao ano anterior. O estoque da DAU atingiu o valor de R\$ 827 bilhões. Nas conversões de depósitos judiciais em renda da União, alcançou-se a arrecadação acumulada de aproximadamente R\$ 10,03 bilhões. Com a edição da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) nº 8, procedeu-se a uma verificação na base de dados da dívida ativa, de modo a permitir que os créditos com indícios de decadência e prescrição sejam automaticamente baixados, o que ocasionou uma redução significativa no estoque da DAU. Assim, já foram canceladas 193.520 inscrições não previdenciárias, representando baixa do montante de R\$ 841 milhões. Além disso, com o propósito de eliminação das dívidas irrecuperáveis, a Lei nº 11.941, de 2009, autorizou a eliminação de débitos considerados de difícil recuperação, em obediência ao princípio constitucional da eficiência. Isso representará a eliminação 177.408 inscrições e a baixa de cerca de R\$ 498 milhões em débitos. Com a edição da Lei nº 11.775, de 2008, foram formalizados 6.275 acordos de parcelamento/liquidação, possibilitando que R\$ 105 milhões fossem recuperados amigavelmente. E, com o advento das modalidades de parcelamento previstas na Lei nº 11.941, de 2009, arrecadou-se R\$ 1,31 bilhão, com a formalização de 452.522 acordos.

As melhorias alcançadas nos últimos anos no perfil do endividamento público fizeram com que a Dívida Pública Federal (DPF) fosse fator de estabilização do mercado, durante a crise internacional iniciada em 2008, ao contrário do que aconteceu em crises passadas, pois, em 2009, os principais indicadores registraram melhor situação, se comparados com os dos anos anteriores. O Brasil aumentou o prazo médio da dívida, diminuiu os seus vencimentos no curto prazo (12 meses) e elevou o percentual das participações dos títulos prefixados e indexados a índices preços, substituindo gradualmente os títulos remunerados pela taxa Selic e por variação cambial. Com tais resultados, o País obteve sucesso em reduzir tanto o risco de refinanciamento, quanto o de

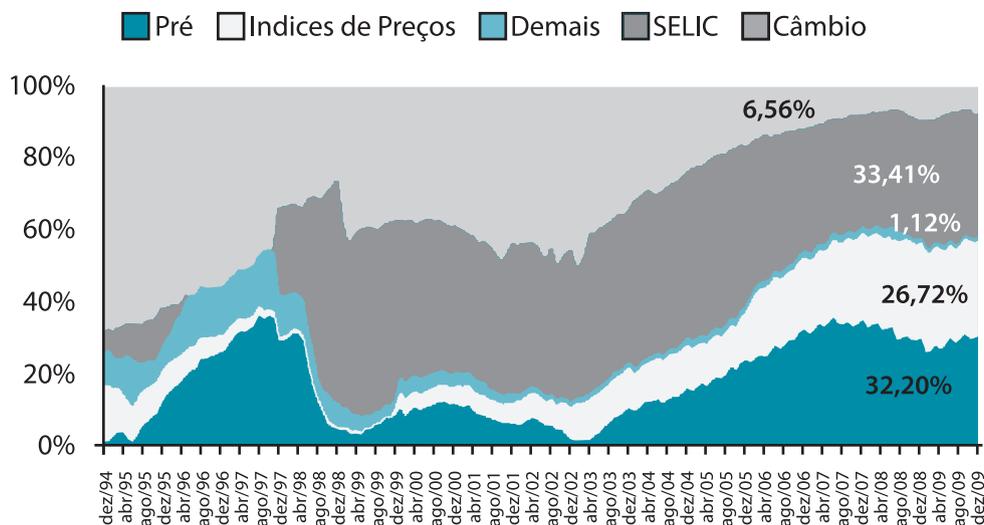
mercado da DPF. Não por outro motivo, a manutenção da estrutura da dívida pública foi citada como um dos principais motivos para a mais recente elevação da classificação do risco Brasil.

Prazo Médio da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFI (anos)



Fonte: STN/ME.

Composição da DPF por Indexador – % DPF Total



Fonte: STN/ME.

Para 2010, a administração da DPF, consideradas as dívidas interna e externa de responsabilidade do Governo, manterá seu objetivo de minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, buscar-se-á contribuir para o bom financiamento do mercado de títulos públicos. Na administração da dívida externa (Dívida Pública Federal externa – DPFe, composta pelas dívidas mobiliária e contratual), além das diretrizes gerais da DPF, o Governo buscará o aperfeiçoamento do seu perfil, por meio do aumento da base de investidores, da manutenção do programa de resgates antecipados de títulos ineficientes e da consolidação da curva de juros externa, mantendo pontos de referência nos principais mercados de títulos.

Importante destacar que o Governo, por meio do Tesouro Nacional, continuará incentivando a ampliação do Programa Tesouro Direto (venda de títulos públicos pela Internet), programa este que tem como um de seus principais objetivos a democratização do acesso aos títulos do Governo pelos pequenos investidores, em condições semelhantes às obtidas pelas instituições financeiras nos leilões da dívida pública.

2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

Os avanços na gestão dos recursos de tecnologia da informação (TI) na Administração Pública Federal foram significativos, em 2009, propiciando um uso eficiente de tais recursos, essenciais ao suporte das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo. Foi elaborada a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) para 2010/2011, com o objetivo de estabelecer as bases para a revisão da política de governança da tecnologia da informação do Governo, pautada pelas diretrizes da economicidade, efetividade e segurança da informação, observada, ainda, a necessária elaboração pelos órgãos da Administração Pública Federal de Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTI) e o planejamento e a gestão dos contratos de bens de TI.

No contexto do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) e do Comitê Estratégico de Governo Eletrônico, os padrões de interoperabilidade da Arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) foram revistos e enriquecidos, gerando uma nova versão do documento de referência. As principais mudanças na Arquitetura relacionam-se à definição preliminar de um modelo de maturidade que permitirá aos órgãos da Administração Pública Federal avaliarem a situação de aderência dos serviços de Governo Eletrônico sob sua gestão, à definição de uma plataforma interoperável para melhoria do atendimento ao cidadão, em consonância com a política estabelecida pelo Governo, em 2009, para a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão (Decreto nº 6.932, de 2009), bem como à abertura de tópicos relacionados a dispositivos móveis e TV Digital.

Durante o ano de 2009, o projeto *software* público (www.softwarepublico.gov.br) ampliou o número de soluções disponíveis – de 19 para 34 –, o que tem contribuído sobremaneira para racionalizar a contratação de *software* pela Administração Pública. Destaque-se, ainda, a criação da comunidade virtual 4CMBR, voltada para a melhoria do uso de TI em prefeituras, que alcança centenas de Municípios. Para 2010, estão previstas ações de consolidação da governança de TI na Administração Pública Federal, em especial no que se refere à melhoria do alinhamento entre as contratações dessas tecnologias e os objetivos institucionais e à qualificação do quadro permanente de gestão de informática, ampliação do uso de *softwares* públicos e a melhoria na gestão de contratações de bens e serviços do setor. Essas ações serão viabilizadas pelo reforço dos recursos humanos alocados nas áreas de TI dos órgãos integrantes do SISP, proporcionado pelos 250 servidores aprovados no processo seletivo interno para a concessão da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP) e pelos 230 novos servidores classificados no concurso público para o cargo de Analista em Tecnologia da Informação, criado pela Lei nº 11.907, de 2009. Será disponibilizado à sociedade, em 2010, o novo portal de serviços públicos, denominado “Guia de Serviços Públicos”, que abrigará todos os serviços digitais do Governo. Além disso, serão publicados dois documentos do Plano Nacional de Governo Eletrônico, a saber: “Governo eletrônico no Brasil: conceitos, organização e aplicação” e a “Agenda Brasil Digital”. Novas funcionalidades para o portal Governo Eletrônico serão desenvolvidas, em 2010, incluindo recursos de *web 2.0*, como *Twitter* e *blog*, o desenvolvimento do portal “Quero participar” e a finalização do Sistema de Gestão de Serviços *on-line* (Bem-te-vi).

Haverá, ainda, um conjunto de esforços para promover a integração de serviços de Governo, com destaque para o desenvolvimento de sistemas integrados de almoxarifado, patrimônio, bens móveis e estoque, a ser utilizados pela Administração Pública Federal. Serão finalizados, neste exercício, todos os documentos dos Padrões Brasil e-Gov, cujo uso se tornará compulsório. Pretende-se, ainda, publicar nova versão do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-Mag) versão 3.0; disponibilizar no Portal de *Software* Público Brasileiro o aprimoramento da ferramenta Avaliador de Acessibilidade de Sítios; apresentar no portal Governo Eletrônico, um comparativo de *softwares* leitores de tela de páginas *web*, entre outras iniciativas para estimular a acessibilidade virtual em portais, sítios e serviços públicos.

3. Transparência na Administração e Controle Social

O Governo acredita que transparência e acesso à informação são o melhor antídoto contra a corrupção e por isso disponibiliza, desde 2004, o Portal da Transparência, uma ferramenta para promoção do controle social e combate à corrupção. O portal não exige senha especial de acesso, o que permite que todos os cidadãos consultem dados referentes à execução financeira do Governo, como transferências de recursos para Estados, Distrito Federal, Municípios e outras pessoas físicas ou jurídicas, cadastro de convênios e gastos diretos do próprio Governo, inclusive com o cartão de pagamento.

O esforço do Governo para aumentar a transparência pública tem sido reconhecido nacional e internacionalmente. Em 2009, o Portal da Transparência, já premiado pelas Nações Unidas, foi o vencedor do VIII Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-Gov 2009), na categoria e-Serviços Públicos, quinto prêmio nacional recebido desde o seu lançamento. Atualmente, o Portal da Transparência informa sobre a utilização de mais de R\$ 6 trilhões em recursos públicos, referentes a 5.626 ações governamentais oriundas de 536 programas oficiais. Só em 2009, o Portal já recebeu mais de 1,4 milhão de visitas. Além disso, 396 órgãos e entidades do Governo já disponibilizam as Páginas de Transparência, que também trazem dados sobre execução financeira, em seus *sites* na Internet.

No ano de 2009, foram incluídas novas consultas no Portal da Transparência, enquanto outras foram otimizadas. Entre as novidades, destaca-se: i) a disponibilização das informações do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas em formato de consulta; ii) a adaptação para linguagem cidadã de informações sobre funções de Governo da Assistência Social, Educação, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Esporte, Saúde, Integração Nacional e Encargos Especiais; e iii) a consulta que permite visualizar de forma unificada todos os convênios celebrados com a União. A partir do fim de 2009, o portal disponibiliza, ainda, a opção de consulta às receitas do Governo e aos nomes e cargos/funções dos servidores públicos em exercício no âmbito federal, além de fornecer dados para os portais da transparência de Estados e Municípios.

Para 2010, as evoluções do Portal da Transparência serão concentradas primordialmente na ampliação das bases de dados disponibilizadas, na otimização de consultas e no cumprimento da Lei Complementar nº 131, de 2009, que estabelece que todos os gastos e receitas públicos deverão ser divulgados em meio eletrônico. Há ainda a previsão de unificação das bases de dados do Portal e das Páginas da Transparência.

Visando à ampliação da participação da sociedade nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas públicas, foi criado, em 2004, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público. O programa busca sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos

acerca da importância do controle social. Desde a sua concepção, o programa já beneficiou 1.353 Municípios, capacitando mais de 33 mil cidadãos. O Governo, também, desenvolveu ações para promover a ética e a consciência de cidadania junto ao público infante-juvenil, envolvendo 743.891 alunos e 23.705 professores. Destaca-se entre as ações conduzidas, em 2009, a 3ª Edição do Concurso de Desenho e Redação entre alunos do ensino fundamental e médio, em âmbito nacional, e a implementação do projeto “Um por todos, todos por um – Pela ética e cidadania”. Na questão do aperfeiçoamento do marco legal e normativo relacionado à transparência e acesso à informação, concluiu-se, em 2009, a elaboração do anteprojeto de lei sobre o Acesso à Informação, gerado a partir de debates na esfera do Conselho de Transparência. O mencionado Projeto de Lei nº 5.228 foi encaminhado ao Congresso Nacional, no dia 13 de maio de 2009. Essa proposta inova, entre outras disposições, ao estabelecer a obrigatoriedade, por parte dos órgãos e entidades de todos os entes e esferas governamentais, de promover a divulgação, em local de fácil acesso, de informações de interesse coletivo por eles produzidas ou custodiadas. Espera-se que seja concluída, em 2010, a aprovação desse Projeto no âmbito do Poder Legislativo, para que possa ser feita sua sanção, dotando-se, assim, a sociedade de um importante instrumento para o acesso à informação e para a transparência das ações da Administração Pública.

A partir de 2008, o Governo desenvolveu uma nova sistemática de transferências de recursos da União, mediante convênios e contratos de repasse: o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias (Siconv). Para o ano de 2010, estão previstas a conclusão e a disponibilização para todos os usuários do Siconv/Portal de Convênios, em plataforma *web*, com a informatização de todo o fluxo de operações das transferências voluntárias da União a Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos. Além da transparência, esse sistema viabiliza a economia de recursos para os entes conveniados, uma vez que praticamente todas as etapas de execução e a prestação de contas da utilização dos recursos podem ser feitas no próprio Siconv, dispensando custos com controles e registros.

Em relação ao pregão eletrônico, que é um importante instrumento para a transparência e o controle de processo licitatório, somente em 2009, houve a economia de mais de R\$ 5,5 bilhões (21%), com o uso dessa modalidade, valor esse estimado pela diferença entre os valores de referência e os valores efetivamente homologados nas respectivas contratações. A evolução dos gastos para compra de bens e contratação de serviços, por meio dessa modalidade licitatória, revelou um crescimento real acumulado de 388%, saltando de R\$ 4,2 bilhões, em 2005, para R\$ 20,5 bilhões, em 2009.

A participação das micro e pequenas empresas (MPEs) nas compras governamentais foi significativa, tomando-se como base o período compreendido entre os anos de 2002 e 2009. Em 2002, as MPEs respondiam por apenas 14% (R\$ 2,8 bilhões) das referidas compras. Em 2009, esse percentual elevou-se para 29% (R\$ 14,6 bilhões), representando um crescimento real acumulado de 522% (R\$ 11,8 bilhões). Além disso, a contribuição das MPEs para a economia nas compras públicas pelo uso do pregão eletrônico, também, foi substancial em 2009, considerando-se que dos R\$ 5,5 bilhões acumulados de economia viabilizada por essa modalidade de licitação, R\$ 2,9 bilhões (53%) foi obtido por meio da contratação de MPEs.

O uso do sistema eletrônico de compras públicas permite que a sociedade acompanhe as sessões públicas dos pregões eletrônicos e presenciais, em tempo real. O site www.comprasnet.gov.br possibilita consultas diretas a editais de licitações, pregões realizados e suas atas, cotações eletrônicas e relatórios gerenciais sobre a evolução das compras e economias obtidas com o pregão eletrônico. O pregão eletrônico tornou-se uma importante ferramenta no combate a fraudes e superfaturamentos.

Em 2009, foram emitidos 3.976 certificados digitais para os agentes operadores do Sistema Integrado de Administração de

Serviços Gerais (Siasg) e do Comprasnet, totalizando 12.589 pregoeiros e ordenadores de despesa certificados no território nacional. Destaca-se, ainda, a certificação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) em diversos órgãos da Administração Pública Federal, com a emissão de 4.959 certificados, totalizando 10.932 certificados emitidos desde o início dessa sistemática e, também, a criação e institucionalização de normas de segurança. Nesse mesmo ano, a Infovia Brasília alcançou o quantitativo de 137 pontos conectados, abrangendo a quase totalidade dos órgãos públicos na Capital Federal. Para 2010, o desafio é continuar expandindo a oferta de serviços nessa rede, proporcionando segurança, racionalização e economicidade na transmissão de dados, voz e imagem. Somente no Serviço de Voz, foi alcançada, em 2009, economia anual superior a R\$ 16 milhões, por meio da contratação e entrega unificada do tráfego de ligações telefônicas originadas em 25 órgãos públicos. Em 2010, será feita nova licitação, abrangendo o maior número possível de órgãos e visando ampliar ainda mais essa economia. Ainda neste exercício, serão formuladas diretrizes para orientação, planejamento e expedição de normativos referentes às Compras Públicas Sustentáveis e à disciplina para contratação de obras e serviços de engenharia e de serviços terceirizados. Serão propostas, ainda, alterações e regulamentações de novos atos normativos relativos à Lei Geral de Licitações, para aperfeiçoamento da sistemática vigente, visando ao aumento da celeridade, economicidade e transparência das contratações públicas.

4. Produção e Disseminação de Informações

Com a produção e a política de disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, o Governo tem procurado atender às demandas da sociedade e do planejamento de políticas públicas, com a ampliação do escopo temático investigado, disponibilização da informação em suportes mais flexíveis e adoção de práticas mais ativas na coleta e disseminação de seus produtos. As pesquisas realizadas e divulgadas pelo IBGE, em 2009, foram: o Censo Agropecuário 2006, a Pesquisa Espacial de Tabagismo (PETab 2008), a Conta Satélite de Saúde, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), o Banco de Dados Digital de Geomorfologia da Amazônia Legal, o segundo volume do Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras, enfocando os sertões, e o mapa Fauna Ameaçada de Extinção: Invertebrados Aquáticos e Peixes 2009. Além desses trabalhos, disponibilizou-se no portal do IBGE o Posicionamento por Ponto Preciso (PPP), que é um serviço *online* gratuito para fornecer coordenadas de alta precisão no Sistema de Referências Geocêntricas para as Américas (Sirgas 2000), e a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas (RBMC-IP), que fornece coordenadas de melhor qualidade para usuários da Internet sem fio.

Dentre os eventos que permearam a fase de planejamento do Censo Demográfico 2010, que será totalmente informatizado, foram realizadas as seguintes atividades: processo seletivo simplificado para o preenchimento de 33.000 vagas; Segunda Prova-piloto do Censo 2010; 3ª Reunião da Comissão Consultiva do Censo Demográfico de 2010; Censo Experimental; treinamento de mais de 240 mil contratados temporários; e o Seminário do IBGE sobre o Censo Demográfico de 2010.

As principais ações, neste exercício, serão a realização do Censo 2010; a divulgação dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009), da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2008) e da Conta Financeira por setor institucional; a implantação do projeto de Índices de Preços ao Produtor (IPP) para Indústria; a expansão da Rede Brasileira de Monitoramento contínuo; a conclusão do mapeamento do Brasil na escala 1: 250.000 e do mosaico Landsat/CBERS; a atualização de toda a Base Territorial; a disponibilização na Internet do Banco Nacional Geográfico do Brasil; a nova edição do Atlas Nacional do Brasil; os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável; e a implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), com a disponibilização no portal do sistema SIGBrasil.

5. Valorização dos Servidores

A valorização dos servidores públicos tem-se constituído o eixo central da gestão de recursos humanos no âmbito do Governo. Três têm sido as principais vias utilizadas para atingir os objetivos da valorização dos servidores: a democratização das relações de trabalho, a profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública Federal e a política de atenção à saúde do Servidor Público Federal. Em 2009, a execução da política de gestão de pessoas concentrou-se na implementação das novas estruturas remuneratórias, instituídas em 2008, para os servidores públicos federais e que foram resultado do processo negocial concluído naquele ano, e na regulamentação dos critérios de desenvolvimento do servidor nas carreiras. Instituiu-se, também, por meio da Lei nº 11.907, de 2009, regramento geral para disciplinar o afastamento de servidores para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, no País, de modo a não somente incentivar a maior qualificação do servidor como igualmente regulamentar, de forma transparente e meritocrática, a participação nesses programas.

Novas medidas foram submetidas ao Congresso Nacional a fim de que, a partir de 2010, haja um maior equilíbrio entre as remunerações de carreiras e planos de cargos com atribuições e responsabilidades equivalentes, notadamente nas áreas de infraestrutura. A Lei nº 12.186, de dezembro de 2009, permitiu que os cargos da Carreira de Analista de Infraestrutura e os cargos isolados de Especialista em Infraestrutura, criados em 2007 para prover os órgãos executores de programas federais de infraestrutura de profissionais qualificados, passem a ter remuneração mais adequada ao seu perfil e responsabilidades, permitindo a continuidade do processo de recrutamento para essas atividades. Também em 2010, serão concluídas medidas para a regulamentação das gratificações de desempenho de diversas categorias previstas nas leis que reestruturam as carreiras de toda a Administração Pública Federal, visando conferir maior eficiência à gestão setorial, a partir da fixação de metas e realização de avaliações de desempenho que reflitam a melhoria efetiva da gestão pública.

Como forma de propiciar relações de trabalho mais justas e equânimes e de valorizar o trabalho do servidor, o Governo, ao longo dos últimos anos, vem construindo uma Política de Atenção à Saúde do Servidor. Nesse sentido, o Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009, institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), para uma melhor gestão dos serviços de saúde. Ainda, como forma de valorização dos servidores, ocorreu a Conferência Nacional de Recursos Humanos na Administração Pública Federal, que contou com 1.054 participantes. No decorrer do ano, foram realizadas 6 Conferências Regionais de Recursos Humanos, que consistiram em uma etapa preparatória para a Conferência Nacional de Recursos Humanos. Foi criada a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, na forma da Lei nº 12.904, de 2009, com 2.400 cargos efetivos de Analista Técnico de Políticas Sociais, cujos servidores atuarão nos órgãos federais que desenvolvem programas e projetos na área social.

Avançou-se na autorização de concursos públicos para substituir os trabalhadores terceirizados em situação irregular no Poder Executivo Federal, em cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial firmado com o Ministério Público do Trabalho, em 2007. Em 2009, foram autorizados concursos para substituir o equivalente a 70,2% do total de 13.040 terceirizados e dos servidores em situação irregular na Administração Pública Federal, superando, nesse ano, a meta fixada no Termo de Conciliação, que é de substituir 60% dos terceirizados irregulares até 31 de dezembro de 2009, e o restante até 31 de dezembro de 2010. No que diz respeito às demais seleções, foram autorizados concursos para o preenchimento de 20.152 vagas, com provimento previsto para 2009 e 2010. Desse total, 5.978 são destinadas ao setor Saúde, 4.841 à Fazenda, 2.752 vagas para a Justiça, 1.161 vagas para o Planejamento, 830 à Educação, 734 à Cultura e 652 para a Defesa.

No que tange à capacitação de servidores públicos, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) realizou cerca de 30 mil capacitações nas áreas de desenvolvimento gerencial e de formação profissional, contribuiu para o fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, por meio: i) da oferta de novos cursos, presenciais e a distância, inclusive sob medida e de especialização (pós-graduação *lato sensu*); ii) da coordenação do Sistema de Escolas da União; e iii) do mapeamento da oferta nacional de capacitação realizado pelas escolas de Governo nos diferentes níveis governamentais. Já a Escola de Administração Fazendária (ESAF) deu sequência ao programa de pós-graduação, ofertando cursos em nível de especialização (*lato sensu*) e de mestrado (*stricto sensu*), com área de concentração na gestão das finanças públicas e na promoção da cidadania. No último ano, ampliou-se a oferta dos cursos de especialização, com o início da 2ª turma do curso de Educação Fiscal e Cidadania. Dois outros cursos de especialização tiveram início no 2º semestre de 2009: Administração Orçamentário-Financeira e Direito Tributário, ambos com término previsto para o final do ano de 2010. Na modalidade *stricto sensu*, a ESAF, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), iniciou em 2009, a 6ª turma do curso de Mestrado Profissional em Economia do Setor Público e a 1ª turma do Mestrado Profissional em Administração, com ênfase em Orçamento Público. Na área de Ensino a Distância, a Escola capacitou 8.056 alunos, realizando 17 cursos, que ainda estão em andamento, com 34.158 alunos. Na área de eventos, a ESAF capacitou 10.297 participantes em 134 eventos diversos, totalizando 3.914 horas de trabalho. Para 2010, na área de recrutamento e seleção, há a tendência de um menor número de concursos públicos em relação a 2009, considerando o ano eleitoral. No que se refere à Formação e Educação Permanente, já estão previstas atividades para cerca de 3.000 participantes, de órgãos como o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, e na área de Educação estão planejadas novas parcerias com Instituições de Ensino Superior, visando convívio profícuo da comunidade fazendária com centros de excelência em pesquisa e estudo de matérias fazendárias.

6. Gestão

a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

A Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão abrange um conjunto de iniciativas do Governo voltadas à análise mais estratégica da atuação governamental, sem, contudo, abandonar a visão programática, instrumento de concretização dessa atuação. Em 2009, destacam-se as seguintes ações implementadas para a modernização do planejamento e da gestão: i) consolidação do modelo de gestão do PAC; ii) aperfeiçoamento do tratamento da dimensão territorial no ciclo de gestão das políticas públicas; iii) publicação do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual; iii) realização de fóruns nacionais e internacionais para a modernização da gestão pública; iv) elaboração de anteprojeto de lei para o estabelecimento de normas gerais sobre a Administração Pública direta e indireta; e v) consolidação dos mecanismos referentes ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) e ao Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex).

O Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SisPAC), que opera os módulos de cadastro de empreendimento e de liberação de recursos, foi essencial para o aperfeiçoamento do modelo de gestão do PAC. O Sistema auxiliou na consolidação de uma política de gestão integrada, em que as instâncias agem de forma articulada e buscam incorporar outros atores que possam solucionar tempestivamente problemas específicos, visando ao bom desempenho do Programa.

Outra linha de atuação do Governo, em 2009, está relacionada ao aperfeiçoamento do tratamento da dimensão territorial no ciclo de gestão das políticas públicas. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se: i) a definição dos critérios para a regionalização

do Plano Plurianual 2008-2011, cuja execução física deverá ser informada por Estado; e ii) os trabalhos de caracterização socioeconômica dos 29 novos polos de desenvolvimento territorial, propostos pelo Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, com a proposição de uma carteira de investimentos para 2012-2015, além da implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). Um dos objetivos dessa última iniciativa é garantir aos órgãos públicos federais o acesso a informações geográficas, criando, assim, as condições para o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão territorial das políticas públicas federais.

A mencionada publicação do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual (PPA): Avaliação da Dimensão Estratégica, documento que compreende uma análise do andamento das políticas prioritárias de maior impacto para a estratégia de desenvolvimento do País, além do cumprimento de determinação legal, teve como a finalidade conferir transparência ao desempenho dos objetivos estratégicos governamentais.

Em relação a eventos na área de gestão, o ano de 2009 foi marcado pela realização de fóruns nacionais e internacionais capitaneados pela Secretaria de Gestão (Seges), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Dentre esses, destacam-se o 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, o XIV Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública e o II Seminário de Ações Compartilhadas Pnage-Promoex.

O 1º Fórum Nacional de Gestão Pública congregou parceiros estratégicos do setor público, do setor privado e do terceiro setor em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília sobre Gestão Pública. A referida Carta, firmada pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (Consad) e MP, em 2008, parte da premissa de que é imprescindível orientar a ação do Estado para resultados, tendo como foco o cidadão e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade do gasto público, tudo isso sob boa governança. Durante o Fórum, foi lançada a Agenda Nacional da Gestão Pública, que contém uma série de iniciativas inovadoras para melhorar a gestão, muitas delas já em fase de implementação. O Portal da Gestão Pública, (www.gespublica.gov.br), lançado durante esse Fórum, é o principal instrumento de articulação e mobilização pela melhoria da gestão pública, bem como para informação e gestão do conhecimento. Também fazem parte da mobilização pela gestão pública os Ciclos de Debates sobre Direito e Gestão Pública, que têm por objetivo discutir os grandes temas e desafios da Administração Pública, aproximando profissionais do direito e gestores públicos, conduzidos pelo MP e pela Associação Nacional dos Procuradores da República.

A realização do XIV Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, também, foi um relevante marco do Ano Nacional da Gestão Pública, assim como o II Seminário de Ações Compartilhadas Pnage-Promoex foi uma importante ação de natureza federativa. Neste, foi a primeira vez que os órgãos de planejamento, administração e controle se encontraram em um grande evento para trocar experiências sobre procedimentos de gestão. No que se refere às inovações em governança pública, foram discutidos, com a participação da sociedade, os formatos jurídico-institucionais e o marco legal dos órgãos e entidades da Administração Pública, que culminaram na elaboração de um anteprojeto de lei para o estabelecimento de normas gerais sobre a Administração Pública direta e indireta, as entidades paraestatais e as entidades de colaboração.

Na articulação federativa, destaca-se a continuidade da implementação dos mencionados programas Pnage e Promoex, sendo que o Pnage presta cooperação financeira e assistência técnica para a execução de projetos de transparência e fortalecimento da

capacidade institucional de todas as administrações estaduais e do Distrito Federal. Em 2009, o repasse de recursos aos Estados e ao Distrito Federal foi da ordem de R\$ 81 milhões, viabilizando, entre outras ações, a aquisição e instalação de equipamentos de videoconferência para todas as Secretarias Estaduais de Administração e de Planejamento. Já o Promoex proporciona cooperação financeira e assistência técnica aos Tribunais de Contas estaduais, do Distrito Federal e municipais, intensificando as relações interinstitucionais e a transparência da gestão dos recursos públicos. Em 2009, participaram do Programa 27 dos 33 Tribunais de Contas estaduais e municipais do País, tendo-se os seguintes avanços: aumento na interação entre os Tribunais e destes com o Governo Federal; implantação do Portal e da Rede Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (<http://www.controlepublico.org.br>), disponível a todos os segmentos da sociedade; e harmonização conceitual de pontos de controle da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dentre as outras iniciativas de Gestão empreendidas pelo Governo, pode-se citar a Carta de Serviços ao Cidadão; o Manual de Avaliação de Satisfação do Usuário do Serviço Público e o *software* Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação; o “Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios” e o “Guia Básico de Gestão Municipal”; a elaboração de anteprojeto de lei para regulamentar a contratualização de desempenho; e o Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão.

A Carta de Serviços ao Cidadão contém compromissos dos órgãos públicos com a qualidade no atendimento aos usuários dos seus serviços. Ela informa o cidadão sobre os tipos de serviços prestados por determinado órgão, as formas de obtenção desses serviços e os padrões de qualidade no atendimento ao público, incluindo prazos. A Carta deverá ser permanente e amplamente divulgada ao público e informar, ainda, os mecanismos de comunicação com os usuários e os procedimentos para receber e gerir as sugestões e reclamações, reforçando o papel das ouvidorias, hoje já existentes em boa parte das instituições públicas. A primeira Carta de Serviços ao Cidadão elaborada foi a da Anvisa.

O Manual de Avaliação de Satisfação do Usuário do Serviço Público e o *software* Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação, elaborados e disponibilizados gratuitamente pelo GesPública, proporcionam aos órgãos e entidades interessados metodologia e ferramenta de pesquisa. O objetivo é institucionalizar a avaliação de satisfação do usuário como uma prática relevante e necessária para o aperfeiçoamento da gestão pública.

As centrais de atendimento integrado reúnem representações de órgãos públicos federais, estaduais e municipais em um único espaço físico. As unidades funcionam de forma articulada, sob o comando de uma administração central e apoiada na utilização de tecnologia de informação. Atualmente, há 26 unidades de atendimento em funcionamento. No sentido de buscar fortalecer cada vez mais essas centrais, em 2010, serão dados estímulo e orientação às organizações públicas no que diz respeito à elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão e ao estabelecimento de procedimentos para a realização periódica de pesquisas de satisfação dos seus usuários.

No apoio à melhoria da Gestão de Estados e Municípios, foram apresentados aos prefeitos o “Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios” e o “Guia Básico de Gestão Municipal”, e firmado acordo de cooperação assinado entre o MP, o Ministério da Previdência Social e o Consad, para possibilitar o cruzamento das bases de dados de recursos humanos da União e dos Estados, no intuito de apurar eventuais irregularidades na contratação de servidores, como duplicação de vínculo e aposentadorias irregulares.

Outra inovação é a minuta de Projeto de Lei para regulamentar a contratualização de desempenho e a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes, com possibilidade de bônus para servidores. A proposta, que regulamenta os parágrafos 7º e 8º do artigo 37 da Constituição, foi submetida à consulta pública. Encontra-se em fase final de desenvolvimento o Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão, que trará uma metodologia para orientar as organizações na construção do seu modelo de avaliação de desempenho institucional e fornecerá referenciais de indicadores para os principais processos de gestão.

Para o ano de 2010, prosseguirão os debates sobre a mencionada proposta de Anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública Federal e Entes de Colaboração, oportunidade em que serão discutidas a contratualização de desempenho e a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes. Também neste exercício, será consolidado o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Poder Executivo (Siorg), que organiza as atividades de desenvolvimento organizacional dos órgãos e entidades da Administração Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Serão iniciados o funcionamento da ferramenta *web* para a apresentação de propostas de estrutura regimental e regimento interno, e o desenvolvimento de metodologia para suporte à tomada de decisões sobre dimensionamento e provisionamento da força de trabalho em órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Outra ação de impacto para melhoria da gestão será a implementação do novo sistema de gestão de recursos humanos, em substituição ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), que se encontra defasado em termos tecnológicos e de funcionalidades.

b) Gestão do Patrimônio da União

Em 2009, o Governo continuou buscando a efetividade na gestão patrimonial da União, especialmente a utilização de imóveis de sua propriedade nos programas sociais e de infraestrutura, com destaque para as ações de regularização fundiária e provisão habitacional. Nesse contexto, foi observado o que preceitua a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU) e iniciado o desenvolvimento e a implantação de ferramentas de gestão, que permitiram o gerenciamento das ações alinhadas aos desafios estratégicos definidos nessa política. Para 2010, a integração das ferramentas de gestão será um dos grandes focos da Gestão Estratégica do Governo.

O conjunto das ações de inclusão socioterritorial atinge, atualmente, mais de 550 mil famílias que vivem em áreas da União. A regularização fundiária de interesse social, já definida como prioridade do Governo no âmbito das ações de urbanização do PAC, ganhou força ao ser aliada ao combate ao desmatamento como ação estratégica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Dentre estas, destaca-se a ação de regularização fundiária urbana na cidade de Belém/PA, onde o Governo Federal, em cooperação com o Governo estadual, promoveu o cadastramento de 27 mil famílias e já emitiu seis mil títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, garantindo o direito constitucional à moradia às famílias ocupantes de terras da União. Outro exemplo de ação para dar segurança e cidadania a famílias de baixa renda que moram em áreas da União ocorreu, em 2009, na cidade do Guarujá/SP, onde foi regularizada a situação de 1.530 famílias, na localidade chamada “Conceiçãozinha”.

Na Amazônia Legal, o Programa Terra Legal, no Estado de Rondônia, realizou a primeira doação de área urbana da União (465 hectares), ao Município de Porto Velho, beneficiando cinco mil famílias, conforme mencionado no Capítulo II desta Mensagem. As comunidades tradicionais agroextrativistas da Amazônia têm no Projeto Nossa Várzea – Sustentabilidade e Cidadania na Amazônia Brasileira importante política pública de reconhecimento da posse e inclusão produtiva. Desde 2005, 47 mil famílias

foram cadastradas nos Estados do Pará, Amapá, Acre, Tocantins e Maranhão, já tendo 15 mil famílias ribeirinhas no Estado do Pará tituladas com o Termo de Autorização de Uso.

O Governo, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, está trabalhando para identificar imóveis de propriedade da União, para serem utilizados na construção de habitações, viabilizando a utilização social do patrimônio público da União. Como resultado, desde 2008, já foram reservados para provisão de habitação popular, com aporte de terras da União, 65 imóveis nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse esforço, também, está sendo feito em relação aos imóveis do RGPS/INSS, dentre os quais já foram identificados 28, estando prevista a aquisição de outros 42, em 2010.

Em 2009, por intermédio do MMA e MP, foi implementado o Programa de Gestão Integrada da Orla Marítima, buscando executar uma política nacional para essa extensa área do território nacional, de forma compartilhada com outros entes federados e a sociedade civil. O objetivo principal do programa é a articulação das ações de incentivo ao turismo, à preservação do meio ambiente e de ocupação urbana, por intermédio de planejamento do uso e ocupação da orla brasileira. O produto dessa gestão é consubstanciado no Plano de Gestão Integrada (PGI), instrumento legitimado e aprovado em audiência pública.

Em se tratando da gestão dos portos brasileiros, o Governo tem trabalhado de forma articulada para que os terrenos de marinha, terrenos marginais e espaços físicos em águas públicas sejam regularizados, em consonância com a finalidade a que se destinam os portos organizados, em razão do relevante interesse público e estratégico para a nação. Já em relação aos terminais privados, em 2009, diversos processos de cessão de uso oneroso, sob o regime de arrendamento, de espaço físico em águas públicas tramitaram na Secretaria do Patrimônio da União/MP, dentre os quais se destacam empreendimentos da Petrobras para a construção de gasodutos no Município de Aracruz/ES e no Distrito de Magé/RJ. De igual modo, estão em curso processos de cessão de uso oneroso de espaço físico em águas públicas do mar brasileiro, em nome de empresas privadas, para a construção de terminais portuários de uso privativo. Além de impulsionar o desenvolvimento econômico, após a assinatura dos contratos de arrendamento, estima-se que haverá um incremento de arrecadação de receitas patrimoniais na ordem de R\$ 1,8 milhão mensais.

Em apoio à Política de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, foram cedidas áreas da União a Municípios, para utilização por cooperativas ou associações de catadores como área para triagem de material reciclável. O patrimônio da União, ainda em 2009, foi utilizado para o apoio à educação, tendo sido doados dez imóveis para apoio ao Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Deu-se continuidade às ações voltadas ao fortalecimento da capacidade de controle e gestão do patrimônio imobiliário da União, merecendo destaque o investimento na contratação de serviços de levantamento físico-cadastral de imóveis provenientes de órgãos extintos, em especial da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), cujo inventário totaliza cerca de 24 mil unidades, distribuídas em mais de mil Municípios. Com relação à arrecadação e cobrança das receitas patrimoniais, deu-se continuidade à implementação de uma política com foco na melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que, dentre outras ações, incluiu o acesso a serviços por meio da Internet. Dessa forma, as informações relativas aos ocupantes desses imóveis e os serviços prestados pelo Governo ganharam em qualidade, confiabilidade, transparência e agilidade, causando, de imediato, aumento no número de registros das transações de transferência de utilização, com impacto direto na arrecadação de receitas patrimoniais. Com essas medidas, a arrecadação de R\$ 549,2 milhões, em 2009, superou em mais de 5% o volume arrecadado em 2008.

Para 2010, mirando o apoio e a viabilização das políticas governamentais, em especial as de habitação de interesse social e de desenvolvimento local, as ações prioritárias serão: i) a execução do levantamento e caracterização de bens imóveis oriundos da extinta RFFSA, prioritários para implantação de programas e ações governamentais; ii) o aprimoramento do arcabouço legal e dos procedimentos administrativos para a incorporação e regularização dos imóveis transferidos ou adquiridos pela União, inclusive por meio da capacitação dos servidores do órgão; e iii) a regularização dos imóveis alienados ou locados pela extinta RFFSA, prioritariamente os residenciais ocupados por população de baixa renda.

c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pro-Reg) foi instituído, em 2007, com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório, da coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório exercido no âmbito do Governo, dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil, e da qualidade da regulação de mercados. O Pro-Reg, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, busca formatar um conjunto de iniciativas que atendam ao objetivo maior, que é a melhoria da qualidade da regulação e o fortalecimento do sistema regulatório, por meio: i) da capacidade de formulação e análise de políticas públicas nos setores regulados; ii) da melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório; iii) do fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agências; e (iv) do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mecanismos para o exercício do controle social e transparência.

No que se refere aos componentes que visa implementar, destaca-se o fortalecimento da capacidade de formulação e análise de políticas e a melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico, envolvendo, inclusive, estudos e propostas para o desenho de uma estratégia de implementação e institucionalização da análise de impacto regulatório. Trata-se de criar condições técnicas e políticas com vistas à introdução na agenda do Governo e no debate com as instituições regulatórias dessa ferramenta, largamente empregada nos países-membros da OCDE, para a melhoria da qualidade da regulação no País.

O segundo componente de maior importância é o fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agências, cuja implementação deverá contemplar um programa de capacitação em análise de impacto regulatório, o desenvolvimento e a implementação de um sistema de seleção de diretores, a formulação e implementação de programa de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados. Trata-se de questões centrais para a melhoria da qualidade da regulação e aumento da transparência e melhoria do desempenho das agências.

Ao longo de 2009, participaram das ações de capacitação do Pro-Reg 520 pessoas, entre servidores públicos de ministérios, agências reguladoras federais, estaduais e municipais, e membros de entidades de defesa do consumidor. Foram promovidos dois cursos avançados em regulação, ministrados em Washington, DC, Estados Unidos da América, pelo *Institute of Brazilian Business & Public Management Issues* (IBI), da *George Washington University*, voltados ao estudo do sistema de regulação, instituições e ferramentas de melhoria da qualidade regulatória. Por intermédio do Programa, foi organizado o seminário internacional “Análise do Impacto Regulatório – Instrumento para o fortalecimento da regulação no Brasil”, que atingiu um público de mais de trezentas pessoas, composto por dirigentes e técnicos de ministérios, agências reguladoras e órgãos ou entidades ligados ao sistema regulatório.

Ainda na parte de capacitação, foi realizada mais uma edição do curso “Regulação – Teoria e Prática”, realizado em parceria com a ENAP. Já em parceria com o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e o Ministério da Justiça, foi organizado o curso “Regulação e Defesa do Consumidor”, que focou na capacitação das entidades de defesa do consumidor que atuam com regulação.

O Pro-Reg contrata a realização de estudos técnicos sobre temas relevantes para a melhoria da regulação no País. Nove trabalhos já foram concluídos, relativos à estratégia de implantação da Análise do Impacto Regulatório, estruturação e implementação de Organismo de Supervisão Regulatória, e a organização e funcionamento das ouvidorias das agências reguladoras. Foram, ainda, realizados estudos técnicos sobre o desenvolvimento e a implementação de um sistema de seleção de diretores e do pessoal de gerência superior; a estruturação de uma rede governamental de regulação; a implementação de modelo de dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) para captar, gerir e disponibilizar informações sobre os problemas enfrentados pelos consumidores no âmbito dos setores regulados. Também, foram publicados, com incentivo do Programa, dois livros sobre regulação: “Desafios da Regulação no Brasil” e “Regulação e Agências Reguladoras – Governança e Análise do Impacto Regulatório”, este em parceria com a Anvisa. Em 2010, o Pro-Reg irá desenvolver e implementar ações voltadas para a análise do impacto regulatório, de fortalecimento dos mecanismos de cooperação intergovernamental para monitorar e avaliar a qualidade da regulação, além da criação de uma unidade no âmbito da administração central, dotado de capacidade técnica e base de dados, para cumprir a função de coordenar, avaliar e monitorar temas de regulação. Espera-se, assim, dar continuidade às medidas de aperfeiçoamento e melhoria da qualidade da regulação exercida pelas agências reguladoras, para que, como instituições de Estado, possam efetivamente contribuir para que os direitos dos consumidores e a estabilidade dos mercados possam ser igualmente preservados.

7. Combate à Corrupção

Em 2009, diversas foram as iniciativas do Governo na luta contra a corrupção. Destaca-se, nesse contexto, o acompanhamento da implementação, no Brasil, das medidas previstas nos três tratados internacionais que o País ratificou na área de prevenção e combate à corrupção: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU), a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE). Assim, em 2010, o Governo prevê a implementação de diversas ações, como a divulgação dos termos dessas convenções, a articulação interna para viabilizar a aderência do País às recomendações internacionais e o acompanhamento da evolução da sociedade internacional no tratamento do fenômeno da corrupção, visando à mútua cooperação e integração.

O Brasil assumiu, em 2009, a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (Mesicic), acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados-Partes. Nesse período, destaca-se ainda a participação pró-ativa do Brasil na definição e aprovação do mecanismo de avaliação dos países signatários quanto à implementação das medidas previstas na Convenção da ONU. O Brasil fará parte de dois grupos de trabalho que atuarão nas avaliações conduzidas: o Grupo de Revisão da Implementação da Convenção da ONU e o Grupo de Assistência à Implementação de Medidas de Prevenção da Corrupção. Quanto à Convenção da OCDE, o País será avaliado em 2010 pelo Grupo de Trabalho sobre Suborno de Transações Comerciais Internacionais.

Em dezembro de 2008, foi criado o Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade voltada à aplicação de metodologia científica, apoiada em tecnologia da informação de ponta, para a produção de informações que visam subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos. As análises conduzidas no ODP são direcionadas à identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitar a sua ocorrência. Entre os trabalhos desenvolvidos estão a análise dos gastos realizados por meio de suprimento de fundos, para identificação de situações atípicas no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, bem como a análise da base de dados do Comprasnet, para verificação de tipologias de fraudes e produção de estatísticas, e relatórios gerenciais sobre as compras governamentais. Em 2009, foram analisados, ainda, dados sobre contratos de terceirizações do Governo. Paralelamente ao processamento de informações conduzido pelo ODP, foram produzidas informações estratégicas referentes à análise patrimonial de mais de 1.425 pessoas físicas e jurídicas, com vistas a subsidiar a realização de investigações preliminares e processos administrativos disciplinares conduzidos pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Ainda em 2009, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.616, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para adicionar os tipos penais qualificados de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, tornando-os hediondos e passíveis de prisão temporária. Visa a iniciativa, ainda, estabelecer um tratamento mais rigoroso para esses crimes, quando o agente for membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Congresso Nacional, da Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e de Câmara Municipal, Ministro e Conselheiro de Tribunais de Contas, Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, Ministro de Estado, Secretário-Executivo, Secretário Nacional e equivalente, Secretário Estadual, Distrital e Municipal, dirigente máximo de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, ou Comandantes das Forças Armadas, uma vez que esses agentes públicos devem observar com maior empenho os padrões éticos de probidade e moralidade. Foi, também, elaborado anteprojeto de lei sobre Responsabilidade Civil e Administrativa de Pessoa Jurídica, o qual deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo, em 2010.

a) Controle Interno – Auditorias

Em 2009, foi acompanhada a execução de 76 ações de Governo com base nos orçamentos de 2007 e de 2008, além de atuação no planejamento de 63 ações referentes ao orçamento de 2009. Como consequência dessas ações de controle, destacam-se os seguintes resultados: i) retorno de R\$ 236 milhões, em decorrência da cobrança de débitos oriundos de pagamentos indevidos de benefícios previdenciários, no âmbito do Programa Previdência Social Básica (MPS), além da edição de normativos internos do INSS com o objetivo de otimizar a atividade de perícia médica, com adequação da sua estrutura organizacional e implantação de controles administrativos de assiduidade e produtividade; ii) implantação de cruzamento de dados, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, do seguro-desemprego ao pescador artesanal com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), evitando o pagamento desse benefício a pessoas com vínculos empregatícios; iii) ações de controle em projetos financiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e do Fundo de Desenvolvimento do Amazônia, propiciando aprimoramentos importantes na forma de atuação dos bancos operadores (Banco da Amazônia e Banco do Nordeste), em especial no que se refere aos mecanismos de aprovação de projetos e acompanhamento/fiscalização, proporcionando alterações de manuais operacionais e realização de trabalhos integrados entre as auditorias internas da Sudam, Sudene e as dos respectivos bancos operadores; iv) sugestão de criação de Portal da Transparência do Fundeb; v) sugestões para aperfeiçoamento de Decreto que dispõe sobre os programas de material didático, o qual se refere expressamente ao Programa Nacional do Livro Didático e ao Programa Nacional

Biblioteca na Escola; vi) edição de portaria instituindo novas regras e critérios para financiamento de eventos turísticos, com destaque para a parametrização dos referenciais de valor para pagamento de artista, banda ou grupo musical, no âmbito da ação governamental que financia a promoção de eventos para a divulgação do turismo interno; vii) reformulação dos procedimentos de análise das propostas, criação de novos modelos de qualificação dos proponentes e reformulação dos procedimentos sobre o Plano de Trabalho para as novas avenças, relacionadas ao Programa Segundo Tempo; viii) implantação de melhorias na gestão do Inbra, garantindo maior segurança na seleção e homologação de famílias beneficiárias pelo Programa de Assentamentos para Trabalhadores Rurais, inclusive com a adoção de cruzamento de dados com outras informações acessadas por parcerias com outros órgãos; ix) recomendações de melhorias nos fluxos operacionais no tocante ao incentivo à cultura, via renúncia fiscal, notadamente quanto à seleção, análise e aprovação dos projetos; encontra-se em curso o aperfeiçoamento dos controles internos, implantação de nova metodologia de credenciamento de pareceristas, modernização dos normativos internos relacionados à atividade, o que reforça as iniciativas em tramitação quanto à proposta de reformulação de Lei Rouanet; e x) identificação de pontos de melhoria no Programa Inclusão Digital, com destaque para o aperfeiçoamento do processo de contratação de kit para acesso público à Internet.

Ao longo de 2010, outras ações do Governo terão sua execução avaliada, entre elas: Programa Luz para Todos, Postos de Paisagem e Veículos, Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, Construção e Adequação Rodoviária, Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água. Também neste ano, o Governo elaborará estratégias de avaliação da execução de outras 72 ações governamentais, entre as quais Saúde Indígena, Brasil Escolarizado, Projovem, Pontos de Cultura e Programa Bolsa Família.

No último ano, foi dada continuidade ao Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de sorteios públicos. Com sistemática inovadora e exitosa, adotada a partir de 2003, o programa encontra-se na 30ª edição, com 1.751 Municípios fiscalizados (31,47% do total), englobando recursos públicos federais de aproximadamente R\$ 13 bilhões. Nesse exercício, foi realizado o 2º Sorteio Especial, que fiscalizou 60 Municípios beneficiados com recursos do PAC, envolvendo recursos de R\$ 306 milhões.

A partir das frequentes constatações e respectivas recomendações feitas por ocasião dos sorteios públicos de Municípios, foi elaborado o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde, que tem por objetivo criar infraestrutura adequada para as Equipes de Saúde da Família. Em 2010, estão previstos mais três sorteios, o que viabilizará a inclusão de mais 180 Municípios a serem fiscalizados. Além disso, pretende-se realizar a avaliação do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos sob três aspectos: avaliação do impacto do sorteio nos Municípios com incremento da chance de serem sorteados; avaliação concreta dos efeitos das fiscalizações em Municípios já sorteados, por meio de comparação entre as constatações evidenciadas; e avaliação da efetividade das fiscalizações na atuação dos ministérios gestores.

No exercício de 2009, foram realizadas 879 ações de controle relacionadas a obras do PAC, as quais representam cerca de 11% das fiscalizações realizadas. Foram focadas três frentes de trabalho distintas e complementares: acompanhamento sistemático dos principais programas de Governo, com especial destaque às grandes obras; fiscalização de pequenos e médios empreendimentos nas áreas de saneamento e de habitação; e fiscalização de obras em decorrência de denúncias e representações de outros órgãos de defesa do Estado. Em decorrência dessas ações, foram identificadas diversas medidas, entre as quais: i) ajustes tempestivos em serviços de engenharia ou no aperfeiçoamento dos controles gerenciais exercidos sobre as obras de Integração do Rio São

Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, além de servir como subsídio para que o Ministério da Integração Nacional possa cobrar atuação mais efetiva das empresas contratadas para gerenciamento e supervisão das obras; ii) repactuação dos valores contratados, com economia de recursos aos cofres públicos, no âmbito do Ministério das Cidades, decorrentes da fiscalização dos Termos de Compromisso celebrados pela União com Estados e Municípios para a realização de obras de esgotamento sanitário; e iii) aprimorado dos mecanismos de controles internos administrativos pela Valec, em especial no que se refere ao modelo de acompanhamento das ações finalísticas de construção de trechos ferroviários (Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização), bem como incremento na força de trabalho responsável pela fiscalização dos empreendimentos da construção da Ferrovia Norte-Sul.

Durante o exercício de 2009, foi recebido um total de 3.679 denúncias e representações. Desse número, 2.633 demandaram ação de controle específica, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais. Também nesse ano, foram concluídas 826 fiscalizações, realizadas em 269 Municípios. Os resultados, além de constarem dos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades, são enviados ao Tribunal de Contas da União e, se for o caso, à Polícia Federal e ao Ministério Público.

As Tomadas de Contas Especiais (TCEs) são os instrumentos processuais utilizados para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal e obtenção de ressarcimento. Ao longo dos últimos sete anos, foram analisadas 11.756 TCEs, compreendendo o potencial retorno de recursos aos cofres públicos federais de R\$ 3,87 bilhões. Em 2009, o número de TCEs analisadas foi de 1.605, indicando retorno potencial aos cofres públicos de R\$ 702 milhões. Foram realizadas, nos últimos sete anos, 7.894 auditorias ordinárias anuais sobre tomadas e prestações de contas anuais, sendo 516 em 2009.

A partir do exercício de 2007, foram adotadas medidas para melhoria do processo de trabalho de Auditorias Anuais de Contas. Em 2009, foram implementadas ações no tocante à definição de unidades para realização de auditoria pelo controle interno. O Governo apresentou ao TCU sugestões para a delimitação das unidades a serem auditadas, propiciando o aprofundamento dos trabalhos realizados. Todos os gestores prestaram contas, os respectivos relatórios estão publicados na Internet e o monitoramento conduzido pelo controle interno, ao longo de todo o exercício, permanece sendo realizado em todas as unidades.

Destacam-se alguns resultados obtidos pela atividade de auditoria anual de contas: i) apresentação de minuta de Resolução, pela Agência Nacional de Águas, definindo procedimentos de análise de prestação de contas das agências delegatórias, contribuindo para tornar mais eficiente a atuação dos órgãos parceiros e o controle sobre os recursos utilizados; ii) elaboração de planejamento de fiscalizações para o acompanhamento e a validação das informações apresentadas pelas 370 empresas que se beneficiavam da concessão de benefícios fiscais da Lei de Informática, pelo MCT, cujo valor total estimado da renúncia fiscal, em 2008, foi de aproximadamente de R\$ 3,2 bilhões; iii) readequação de contrato firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para prestação de serviços de postagem de multas de trânsito, pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, promovendo alterações substantivas, com a retirada de cláusula de rescisão contratual unilateral, controle nos prazos de entrega das autuações aos motoristas infratores e inclusão de glosa de valores por serviços não efetuados; e iv) aprimoramento dos processos de controle interno, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por meio de repactuação de

planilha de custos em contrato de manutenção predial na reforma da sede da Floresta Nacional de Ipanema/SP, proporcionando uma economia aproximada de R\$ 0,5 milhão, e de readequação na metodologia de atuação dos processos de pagamento, com o fim de aumentar a rastreabilidade dos gastos.

Na área de pessoal, foram realizadas auditorias mediante a verificação da consistência das folhas de pagamento dos órgãos federais ou por meio de trilhas de auditorias aplicadas nos sistemas de pessoal, além da análise e encaminhamento ao TCU de processos relativos à aposentadoria, pensão e admissão de servidores. A auditoria de recursos humanos do MP atuou em diversos assuntos, visando ao desenvolvimento de um sistema de inteligência que possibilitará a automatização da auditoria da folha de pagamento, aprimoramento de processos de trabalho e do sistema, além de buscar articulação com os órgãos de controle.

b) Medidas Corretivas

Em 2009, o Governo colheu importantes resultados em relação à apuração da responsabilidade de agentes públicos na esfera administrativa. De 2003 a 2009, houve a aplicação de 2.398 punições administrativas expulsivas de servidores civis estatutários, entre elas 2.069 demissões, 184 destituições e 145 cassações. Assim, é certo afirmar que o total de punições desse tipo em 2009 superará, à exceção de 2007, todos os anos a partir de 2003, quando os dados passaram a ser computados. Entre as principais motivações que embasaram as punições expulsivas aplicadas em 2009, permanecem os itens valimento do cargo (32,39%) e improbidade administrativa (18,71%).

Em relação aos servidores vinculados ao regime celetista, foram aplicadas 3.973 punições expulsivas, entre as quais 351 somente em 2009. Nesse exercício, houve instauração e condução direta de 114 procedimentos administrativos disciplinares, entre processos administrativos disciplinares (PADs), em sentido estrito, e sindicâncias punitivas e investigativas. Foram instauradas 20 sindicâncias patrimoniais; verificada a regularidade de 1.243 processos disciplinares instaurados e conduzidos; e realizadas 1.471 investigações preliminares. Foram feitas, ainda, 45 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo. Entre 2006 e 2009, foram instauradas 94 Sindicâncias Patrimoniais, sendo 20 em 2009, a partir de relatos da ocorrência de operações suspeitas e da verificação de incompatibilidades patrimoniais, além de denúncias e representações.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), que é um *software* desenvolvido e atualizado pela CGU, visa ao armazenamento e à disponibilização, de forma rápida e segura, das informações sobre procedimentos disciplinares do Poder Executivo. Em 2009, foram implementadas inovações no sistema, tornando possível o cadastramento de sindicâncias investigativas e patrimoniais, de consultas e emissão de relatórios, com maior utilização de parâmetros e anexação de documentos-chave. A capacitação de usuários cadastradores foi mantida, tanto presencialmente, com o treinamento de cerca de 100 servidores, em 2009, alcançando um total de 700 treinados desde a implementação do sistema, quanto por meio da Internet. Em 2010, pretende-se implementar a integração do CGU-PAD aos demais sistemas corporativos de acompanhamento de procedimentos disciplinares, por meio de um *web service*, de forma a evitar duplo cadastramento, ampliar o banco de dados a períodos anteriores à implementação do sistema e possibilitar o envio de dados para outros órgãos.

Com a sua previsão normativa assentada em contornos genéricos, a inspeção correcional carecia de uma regulação formal para conceber maior efetividade ao trabalho. Assim, foi aprovado o Manual de Inspeção Correcional, permitindo às equipes de

trabalho melhores condições de trabalho. O Governo simplificou, em 2009, o processo de apuração dos casos de pequenos danos ou extravios na Administração Pública. A medida é alternativa aos custosos processos disciplinares, pois abre a perspectiva de desburocratização, economia de tempo e de dinheiro, ao permitir a solução, no âmbito da repartição pública, de situações em que não se caracterize a intenção do agente e envolvam valores estimados, atualmente, em até R\$ 8 mil. O ágil desfecho dos processos verificado quando o servidor envolvido decide pelo ressarcimento possibilita, por seu lado, que se direcione o foco para matérias de maior relevo e com sinalização de prejuízos de grande monta.

O Governo examina formas de adequar à condução dos seus processos disciplinares as inovações tecnológicas trazidas pelo Sistema de Teleaudiências, já implantado em algumas Varas Judiciais do País. Esse sistema, integrado por um conjunto de recursos e equipamentos (como telas, câmeras e telefones digitais), dispensa o transporte de réus presos da unidade prisional até o local da audiência, oferecendo vantagens como segurança, agilidade e redução de custos. Em junho de 2009, após conhecer as práticas do Tribunal de Justiça de São Paulo, um dos precursores no emprego do sistema, o Governo iniciou estudos para adaptação da ferramenta às suas atividades disciplinares.

As linhas de ação estabelecidas para 2010 visam ao aperfeiçoamento de mecanismos de responsabilização administrativa disciplinar dos servidores públicos federais, de modo a tornar ainda mais ágeis os procedimentos de condução dos processos disciplinares instaurados. Na exata percepção de que a aplicação da pena ao servidor só será justa, eficaz e legítima se advier dentro da possível contemporaneidade à prática do ilícito é que o Governo busca, neste exercício, a adoção de medidas sinalizadoras de uma maior prontidão na deflagração da investigação das irregularidades dentro do serviço público, já que a responsabilização administrativa acaba por ser mais célere do que a responsabilização civil e criminal, afetas ao Poder Judiciário.

No âmbito da apuração de graves ilícitos praticados por sociedades empresárias que participam de licitações e contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo, a CGU já aplicou a declaração de inidoneidade de 14 pessoas jurídicas. Até o presente momento, todas as punições aplicadas que foram submetidas à apreciação do Poder Judiciário foram por ele confirmadas. Até novembro de 2009, seis empresas foram sancionadas, quatro delas pertencentes ao ramo da construção civil, flagradas em fraude à competitividade de licitação destinada à construção de prédio público em Brasília. A perspectiva para o ano de 2010 é o aperfeiçoamento da cooperação entre os órgãos da República que atuam no combate às fraudes em licitações e contratos administrativos (CGU, Polícia Federal, Ministério Público da União, TCU etc.). A ideia é fazer com que os elementos produzidos por esses organismos sejam compartilhados, o que representará um incremento do número de processos administrativos sancionatórios e um aperfeiçoamento da busca da verdade possível, para o alcance do necessário teor de justiça, sem descuidar de valores como a licitude dos meios probatórios, a ampla defesa e o contraditório.

Seguindo o plano de trabalho elaborado pelo Grupo Jurídico da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), o Governo promoveu, em novembro de 2009, o “Encontro Brasileiro de Corregedorias Federais”, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal. Visando à troca de experiências e intercâmbio entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, o evento discutiu temas como sindicância patrimonial, sigilo fiscal e bancário e ação correcional no combate à impunidade. Para o ano de 2010, está prevista a realização do 1º Encontro de Corregedorias Públicas, em busca da troca de experiências e conhecimentos acerca do funcionamento das unidades de correição especificamente no âmbito do Poder Executivo, as quais precisam ser melhor auscultadas, em favor do fortalecimento do sistema correcional vigente.

c) Ações de Capacitação e Prevenção

O Governo está aprofundando as relações de cooperação de suas equipes de controle interno e de gestão, em todas as instâncias e oportunidades, com vistas à conjugação de esforços para otimizar a gestão pública. Nesse sentido, foram realizadas várias ações preventivas em 2009, das quais destacam-se: i) capacitação para os servidores que atuam no monitoramento operacional de benefícios, na manutenção de direito e perícia médica do INSS; ii) capacitações relacionadas à utilização do Siconv; iii) capacitação para servidores na área de licitações e sobre TCEs; iv) realização da Semana Orçamentária e Financeira, em diversas Unidades da Federação; v) capacitação em controles internos administrativos e auditoria interna; vi) realização de diversas reuniões com órgãos e entidades públicos para orientar sobre o aprimoramento dos mecanismos de controle, visando ao acompanhamento de obras públicas; vii) orientação a servidores sobre a importância dos fiscais de contrato, representantes formalmente designados pela Administração para exercer a fiscalização dos contratos, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993; e viii) edição de portaria específica, no âmbito de atuação da Secretaria de Defesa Civil/MI, regulamentando e aprimorando o processo de compras em situações de emergência e calamidade pública, bem como ajustes no processo de distribuição de materiais que visam atender às populações atingidas.

Com o objetivo de dotar a Administração de quadros mais bem preparados para integrar as comissões processantes, o Governo reserva um qualificado corpo de servidores para ministrar curso de Direito Disciplinar. No seu melhor desempenho nos últimos sete anos, o programa de formação de membros de comissões disciplinares dirigiu-se a todas as capitais do País e promoveu a capacitação de 1.525 servidores públicos federais, somente em 2009, perfazendo um total de 7.398 profissionais capacitados. Já o curso de “Análise de Evolução Patrimonial e Principais Fraudes”, que busca a difusão das técnicas de investigação mediante sindicâncias patrimonial, registrou o número de 79 servidores capacitados, em 2009. Estima-se, por sua vez, que a média de mil servidores/ano capacitados pelo “Programa de Formação de Membros de Comissões de PAD” será superada, em 2010. Pelo número de turmas que já estão agendadas para este ano, prevê-se que cerca de 1.200 servidores públicos serão treinados para participar de comissões processantes.

O Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, instituído em 2008, objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos Estados e Municípios. A escolha dos participantes do programa é feita por sorteio público e a definição das ações a serem adotadas acontece em parceria com cada Município sorteado, considerando suas especificidades. Até novembro de 2009, o programa já beneficiou 576 Municípios, capacitando 6.486 agentes públicos.

Paralelamente às ações de educação presencial desenvolvidas, foi criada, em 2009, a Escola Virtual da CGU, como um instrumento de promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção, por meio da Educação a Distância (EAD). A escola concentra-se em duas grandes áreas temáticas: educação para a cidadania e fortalecimento da gestão pública. A primeira delas é trabalhada em cursos, vídeos e publicações voltadas para cidadãos, com o objetivo de promover o controle social e orientar a população sobre como os gastos públicos podem ser controlados, enquanto a segunda concentra-se na capacitação de servidores públicos em temas como licitações, contratos administrativos e convênios. Só em 2009, 3.480 pessoas participaram dos cursos da Escola Virtual da CGU, e todas as ações de EAD já conduzidas pelo órgão, desde novembro de 2007, totalizam mais de 11 mil participantes.

d) Ações de Ouvidoria

O Governo tem concentrado seus esforços, nos últimos sete anos, na criação de ouvidorias federais e no incentivo à participação de todos os ouvidores públicos do País, visando ao fortalecimento da cidadania. Outro importante foco é a interação afirmativa de estímulo à expansão das ouvidorias junto aos dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo, o que tem permitido a consolidação e fortalecimento desse segmento. Em 2009, foram realizados cursos gratuitos de aperfeiçoamento para ouvidores e servidores de unidades de Ouvidoria Pública do Brasil. Esses cursos, cuja participação foi franqueada a servidores de Estados e Municípios, foram realizados em mais de 12 capitais estaduais, desde 2006. Nesse período, mais de 1.200 ouvidores e servidores foram qualificados. Em 2010, o Governo pretende dar continuidade a essa ação por meio do 5º Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública, a ser realizado em oito capitais.

Ao longo do último exercício, houve acentuada aproximação entre ouvidores e instituições similares no contexto internacional, como o *Ombudsman*, provedores de justiça, *defensores del pueblo e médiateurs*. A realização de dois importantes eventos marcou essa ligação: o Seminário Internacional de Ouvidorias Públicas, ocorrido em julho, em Fortaleza, com público de 300 pessoas; e o 1º Fórum Internacional de Ouvidorias/*Ombudsman/Defensores del Pueblo/Provedores de Justiça/Médiateur de la République*, realizado em novembro, em Brasília, com público de mil pessoas.

Em 2010, também será priorizado o estreitamento de relações no plano internacional, especialmente com os ouvidores (provedores de justiça) da CPLP, cuja mobilização ocorreu a partir de reuniões de trabalho com representantes dos países interessados, durante o mencionado fórum, em 2009, e a partir da proposta do Brasil para a criação da Associação dos Países de Língua Portuguesa para esse tema.

Ao final de 2009, o segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal atingiu o quantitativo de 151 unidades de ouvidoria (incremento de 277% desde 2003), responsáveis pelo atendimento de três milhões de manifestações de cidadãos. O Governo, ainda, pretende interagir com órgãos governamentais competentes, com vistas ao aperfeiçoamento do instituto da ouvidoria, constante da proposta de nova proposta lei orgânica para administração pública federal, o que permitirá o fortalecimento desse segmento. O Governo, também, planeja apoiar a implantação de unidades de ouvidoria nos ministérios que ainda não possuem unidades de atendimento ao cidadão; desenvolver ações para promover a conscientização dos entes do Poder Executivo sobre a utilização de informações das ouvidorias em seus planejamentos; e manter a grande aproximação com ouvidorias nacionais e seus congêneres internacionais.

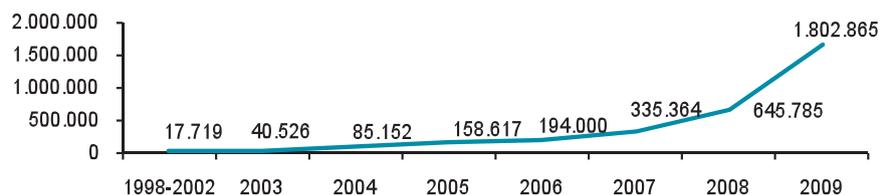
A Ouvidoria do Servidor colocou à disposição dos usuários o portal www.ouvidoriadoservidor.gov.br, com aproximadamente 7 mil acessos/mês, permitindo mais interação para informações gerais e acessos a outros sítios governamentais de interesse do servidor público e maior facilidade de acesso para envio de suas mensagens. Foram realizados, também em 2009, o I Fórum sobre Discriminação e Preconceito nas Relações de Trabalho na Administração Pública e o III Encontro de Ouvidorias do Servidor.

e) Combate à Lavagem de Dinheiro

O Sistema Brasileiro de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (SPLD) fundamenta-se na cooperação entre setores econômicos e seus órgãos reguladores. Nesse contexto, cabe ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), como a Unidade de Inteligência Financeira (UIF) do Brasil, receber e analisar comunicações de operações financeiras resultantes dessa cooperação,

buscando identificar indícios da prática de crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, para então produzir Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) que são disseminados para as autoridades de investigação e persecução criminal.

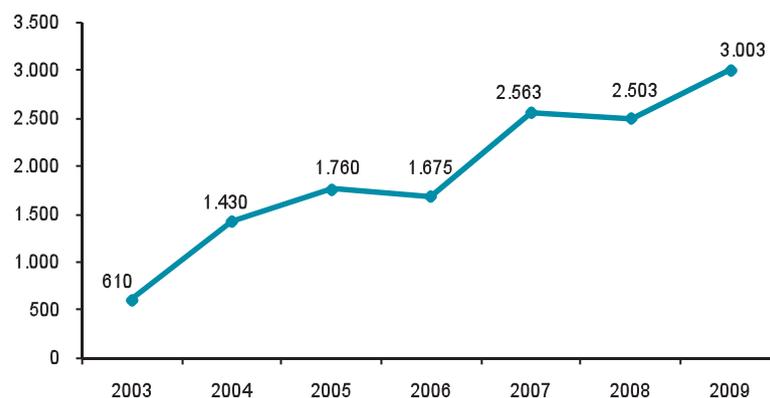
Comunicações Recebidas de Setores Econômicos



Fonte: Siscoaf.

No que tange à cooperação entre o COAF e outros órgãos de Governo, foram realizados mais de 13,5 mil intercâmbios de informações, com destaque para o Ministério Público, Polícias e o Poder Judiciário.

Intercâmbio de Informações



Fonte: Siscoaf.

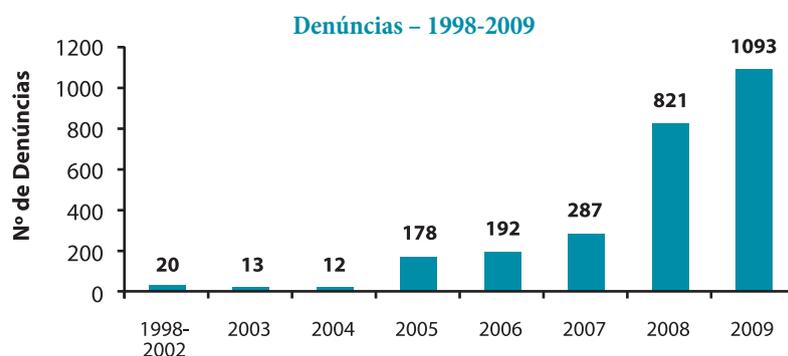
Na atividade de regulação dos setores econômicos que não estão sujeitos a órgão regulador próprio, o COAF vem, desde 2005, promovendo a revisão das normas aplicáveis a esses setores, com o objetivo de elevar sua efetividade. Assim, a exemplo das resoluções para os setores de fomento mercantil (2005) e de promoção imobiliária (2006), em 2009, o COAF publicou nova resolução para o setor de loterias, intensificando as exigências de controle sobre as empresas que atuam nesse setor. Discutiu, também, com o setor de comércio de joias, metais e pedras preciosas, o aperfeiçoamento da regulação do setor, que deve ser publicada em 2010.

A atividade de verificação do cumprimento das obrigações por parte dos setores econômicos regulados pelo COAF culminou no julgamento de 11 processos administrativos, em 2009, o que representou o melhor resultado desde a criação desse Conselho. Desses, 8 resultaram na aplicação de multas no montante de R\$ 348 mil, elevando o total de multas aplicadas, desde 2004, a R\$ 4,1 milhões.

Entre os anos 2003 e 2009, o Brasil participou ativamente da elaboração de políticas e melhores práticas para a desarticulação de organizações criminosas envolvidas em crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Presidiu, também, os principais organismos internacionais que tratam do tema: Grupo de Ação Financeira da América do Sul (Gafisud), em 2006, e o Grupo de Ação Financeira contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo (GAFI), entre 2008 e 2009.

O Brasil passou por processo de avaliação do SPLD, realizado pelo GAFI, tendo sido encaminhados aos avaliadores diversos documentos, normas e respostas a questionários, demonstrando os procedimentos de regulação e fiscalização adotados por todos os órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário para cumprimento das 49 recomendações do GAFI. Para 2010, pretende-se intensificar as ações de assistência técnica a países da América do Sul e de língua portuguesa, e a revisão da legislação brasileira para torná-la mais aderente aos padrões internacionais.

A prevenção à lavagem de dinheiro foi aperfeiçoada, também, no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e do BCB, por meio de atos que normatizaram: i) as comunicações de operações financeiras ligadas ao terrorismo e seu financiamento; ii) as pessoas politicamente expostas; e iii) o conceito de beneficiário final. As novas hipóteses de comunicação de operações suspeitas contribuíram para o aumento do número de denúncias, conforme gráfico apresentado a seguir.



Fonte: CVM.

Em julho de 2009, por intermédio da Comissão de Prevenção da Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo, do Mercosul, foram consolidados e aprimorados as regras e procedimentos relacionados à prevenção da lavagem de dinheiro, alinhando-se às melhores práticas preconizadas pelo GAFI.

Desde setembro de 2009, os bancos e as demais instituições sob supervisão do BCB estão realizando as comunicações de operações de que trata a lei de combate à lavagem de dinheiro diretamente no Sistema de Informações do COAF (Siscoaf). Antes, essas instituições efetuavam suas comunicações ao Conselho por intermédio do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen). As comunicações eram em seguida importadas para o Siscoaf. Por sua vez, o Banco da Amazônia implantou o Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, visando exercer maior controle sobre movimentações atípicas, adequando também seus procedimentos internos à nova sistemática. Todo o processo sistêmico foi aperfeiçoado, em 2009, com a criação de um Comitê Interno com a finalidade de decidir pelo arquivamento da ocorrência ou encaminhamento ao Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (CPLD), segregando as etapas do processo de detecção, análise, encaminhamento, arquivamento e comunicação

de indícios, além da definição de prazos para análise e conclusão das ocorrências apontadas. O Banco promove, também, o Curso de Combate à Lavagem de Dinheiro utilizando plataforma virtual de aprendizagem no escopo do catálogo de cursos autoinstrucionais, possibilitando a certificação de todos os empregados.

No âmbito do Banco do Brasil, durante o ano de 2009, foram intensificadas as ações de comunicação interna e externa, reforçando o compromisso de que a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro são, além de obrigações legais, responsabilidade social. Dificultando a movimentação do dinheiro obtido de forma ilícita, o Banco contribui para cortar o fluxo de recursos financeiros que alimentam o crime e, conseqüentemente, contribui para a redução da criminalidade no País. Além do aprimoramento dos mecanismos existentes, o Banco do Brasil atuou no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio de ações como: i) a cooperação com o Ministério da Justiça para manutenção e disseminação das práticas do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD); ii) a participação nas reuniões de elaboração da Enccla; iii) a cooperação com o COAF; e iv) a realização de palestras para órgãos externos, que atuam no combate à lavagem de dinheiro. Para capacitar os funcionários em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, no último ano, o Banco investiu recursos na realização do curso de Análise de Indícios de Lavagem de Dinheiro, no qual 2.232 funcionários foram treinados, e a Certificação Interna de Conhecimentos em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio da qual 3.922 funcionários certificados.

f) Combate aos Crimes contra a Previdência Social

No âmbito da Previdência Social, as atividades desenvolvidas pelo Setor de Inteligência têm como escopo a produção de conhecimentos, com a finalidade de assessorar as autoridades do MPS no planejamento e execução de suas atribuições legais, particularmente no combate aos ilícitos previdenciários e no gerenciamento de riscos de ações adversas, o que se constitui no exercício da Atividade de Inteligência Previdenciária. Numa análise preliminar, o conhecimento adquirido nos trabalhos das Forças-Tarefa Previdenciárias (FTPs) indica a existência de diversos tipos de fraudes na área de benefícios assistenciais e previdenciários com tipologias e perfis de dados bem característicos. A ocorrência de tais fraudes decorre, na maior parte das vezes, de vulnerabilidades nos processos de negócio, nos sistemas informatizados e na gestão de pessoas. Vale ressaltar que, para o ano de 2009, estavam previstas a realização de 36 ações conjuntas com o Departamento de Polícia Federal. Contudo, a meta foi superada, tendo sido realizadas 58 ações. Essas ações resultaram em 436 mandados de busca e apreensão, 323 mandados de prisão, 222 indiciamentos e 103 conduções coercitivas. De 2003 a 2009, foram realizadas 245 ações conjuntas, expedidos 2.183 mandados de busca e apreensão e cumpridos 1.536 mandados de prisão.

Para 2010, o planejamento está sendo alterado para se apurar a efetividade dos trabalhos, sendo considerado como meta a produção de 60 conhecimentos e a realização de 60 ações conjuntas, o que representa um acréscimo de 4% do realizado em 2009.

8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União

O êxito das Políticas Públicas no Estado brasileiro depende de segura base jurídica na sua formulação e de adequada e oportuna defesa judicial, quando questionadas em juízo, misteres a cargo da Advocacia-Geral da União, que os realiza diretamente – pelos seus órgãos centrais, de direção superior e de execução instalados em cada Órgão da Administração Direta – ou indiretamente – pela Procuradoria-Geral Federal instalada em cada autarquia e fundação federal, e pela Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.

a) Atividade Contenciosa

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), destacam-se as seguintes decisões em que a União foi vitoriosa, afastando-se os óbices opostos à ação governamental na implementação de políticas públicas: i) RE nº 587.365/SC e nº 486.413/SP – no qual foi mantido o entendimento de que a renda do segurado deve ser levada em consideração para concessão do auxílio-reclusão e não a de seus dependentes. Atualmente, existem no País cerca de 450 mil presos. O Governo gasta R\$ 160 milhões por ano com o pagamento do benefício. A decisão evitará impacto orçamentário para a Previdência Social estimado em mais de R\$ 1 bilhão por ano; ii) PSV nº 4 – a AGU participou intensamente de todos os trabalhos desenvolvidos na audiência pública que o Presidente do STF realizou, com o objetivo de reduzir a litigiosidade das matérias que envolvem, entre outros aspectos, o fornecimento de medicamentos e tratamento médico à população carente; iii) ADPF nº 101 – a AGU conseguiu demonstrar à Corte Constitucional que a importação de pneus e carcaças provenientes de diversos países acarreta prejuízos, por vezes irreparáveis, à saúde da coletividade e ao meio ambiente; iv) RE nº 543.974 – na defesa da correta interpretação do texto constitucional, a AGU teve reconhecida na Corte Suprema a tese de que a desapropriação de imóvel em que se plantaram psicotrópicos deverá incidir sobre toda a gleba rural, e não apenas sobre a parcela de terra em que foi efetivamente cultivada a planta. A Constituição Federal determina que tais glebas devam ser destinadas ao assentamento de colonos e ao cultivo de alimentos e medicamentos; v) ADI nº 3.978 – o STF confirmou a obrigatoriedade de realização de concurso público para ingresso na atividade notarial e de registro, exigência constitucional defendida pela AGU que, no entanto, vinha sendo descumprida por alguns Estados; vi) MI nº 766 – a Corte confirmou a tese da AGU no sentido da impropriedade da via judicial eleita no tocante à utilização do mandado de injunção para forçar a União a regulamentar a atividade de promoção e administração de sorteios de bingos; vii) ACO nº 1.303 – a Corte Suprema concluiu, nos termos do alegado pela AGU, que a regra constitucional de imunidade tributária recíproca entre entes da Federação aplica-se à exação de ICMS sobre desembaraço aduaneiro de medicamentos importados pelo Ministério da Saúde; viii) PET nº 3.388 – o STF julgou constitucional o decreto presidencial que estabeleceu a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A AGU participou, de modo decisivo, do julgamento que mobilizou a Suprema Corte, como também dos procedimentos de desintrusão dos não-índios e da efetiva destinação da área objeto da demanda às comunidades indígenas tradicionalmente ocupantes do local; ix) ADI nº 3.934 – o STF confirmou a tese da AGU pela constitucionalidade da norma que trata de recuperação judicial e falências, o que possibilitou o atendimento de um maior número de credores no rateio da massa, além de se permitir a preservação das atividades da empresa, com a consequente manutenção dos empregos; x) ADPF nº 167 – a AGU defendeu, ainda, no STF, a continuidade da competência do Tribunal Superior Eleitoral para julgamento de recursos contra a expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais; a tese foi acolhida, preservando-se uma atribuição desempenhada pela Corte Eleitoral há mais de 40 anos; xi) ADPF nº 186 – a AGU manifestou-se, também, pela constitucionalidade da implementação, pela Universidade de Brasília em seus concursos vestibulares, de cotas de 20% para negros. O Supremo Tribunal indeferiu a liminar pleiteada, mantendo os atos administrativos praticados pela UnB; xii) RE nº 576.189 e nº 541.511 – a AGU assegurou o reconhecimento, pela Corte Suprema, da constitucionalidade dos adicionais tarifários incluídos nas contas de energia elétrica, os Encargos de Capacidade Emergencial (ECE), conhecidos como “seguro-apagão”, com o objetivo de cobrir os custos de contratação de capacidade de geração de termelétricas no período de 2002 a 2005, de modo a garantir o fornecimento de energia elétrica para toda a população brasileira. Nas ações em que se revelou possível a apuração de valores, a atuação da AGU envolveu a quantia aproximada de R\$ 190 bilhões.

Deve-se registrar, também, que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2009, atuou ativamente na defesa da União, no âmbito da definição de controvérsias em matéria tributária, especialmente nos Tribunais Superiores, com resultado

positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional. Esse trabalho resultou, especialmente, na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplentes, e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultantes de condenações impostas à Fazenda Pública, o que permitiu a manutenção do superávit primário das contas públicas sem prejuízo aos programas sociais e de investimentos do Governo.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foram proferidas 33 decisões que sinalizam o alcance dos objetivos colimados pela PGFN, pela sistemática dos recursos repetitivos, e um julgamento proferido fora da sistemática dos recursos repetitivos. Já no STF, foram proferidas seis decisões de extrema relevância para as matérias afetas aos assuntos tributários, tais como: Crédito-Prêmio de IPI; Dedução de Prejuízos Fiscais; alterações de alíquotas da Cofins (aumento de 2% para 3%), Imposto de Exportação e Finsocial.

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto às demais instâncias do Poder Judiciário, foram implementadas ações pela AGU em diversas áreas, como educação, meio ambiente, defesa do patrimônio público e administração pública. Para exemplificar, destacam-se, em 2009, as seguintes ações da AGU no âmbito da Justiça Federal para viabilizar a execução do PAC: i) a ACP nº 2008.83.00.019535-1 – JF/PE, que impediu a suspensão da 10ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural; ii) a ACP nº 2009.41.00.003928-2 – JF/RO, que manteve a licença de instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio, no Rio Madeira; e iii) a ACP nº 2009.39.03.000326-2 e nº 2009.39.03.000575-6 e SS nº 12009.01.00.069492-2 – TRF da 1ª Região, que assegurou o processo legal para a construção da UHE de Belo Monte, no Estado do Pará, garantindo a continuidade da preparação de licitação dessa importante obra, que será a maior hidrelétrica brasileira; e iv) no âmbito internacional, cabe destacar as seguintes ações realizadas pelo Departamento Internacional da AGU: a) defesa do Estado brasileiro, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos; b) atuação internacional para bloquear e repatriar ativos desviados ilícitamente dos cofres públicos do Estado brasileiro, referente aos casos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT/SP), Operação Satiagraha e Propinoduto; e c) restituição de crianças em atendimento à Convenção da Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.

Foi instituído, na AGU, o Grupo Permanente de Combate à Corrupção, que segundo último relatório, de novembro de 2009, ajuizou 2.178 ações, dentre quais: i) 1.469 ações de execução de julgados do TCU, totalizando R\$ 479,6 milhões; ii) 340 ações de improbidade, totalizando R\$ 33,2 milhões; e iii) 369 ações de natureza ambiental e patrimonial, totalizando R\$ 442 milhões. Esse trabalho contribuiu para o recolhimento de R\$ 296,5 milhões concernentes a convênios celebrados pela União. Nas ações em que é possível quantificar os valores, a atuação da AGU, por meio da Procuradoria-Geral da União, implicou a impugnação de, aproximadamente, R\$ 2,92 bilhões, recolhendo em indenizações e honorários, aproximadamente, R\$ 39,9 milhões. Além disso, em 2009, a AGU deu andamento ao Programa de Redução de Demandas do INSS, destacando-se a edição de 10 súmulas que tratam de matéria previdenciária, o que trará diminuição do quantitativo de ações e recursos. Continuou, também, a executar os relevantes e fundamentais serviços jurídicos de consultoria e assessoramento jurídicos, para assegurar a conformidade dos atos da Administração Pública Federal e para o fornecimento de subsídios para a defesa da União em processos em curso no STF, STJ, TRFs e Varas Federais.

Outra ação neste Governo foi o desenvolvimento da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF). Em 2009, a AGU realizou importantes ações na CCAF, destacando-se: i) o primeiro Termo de Conciliação realizado com Estados, no

qual foi firmado um acordo entre a Caixa Econômica Federal e o Estado de Alagoas acerca da interpretação de sobre convênios e contratos de repasse; e ii) o primeiro caso de conciliação envolvendo Municípios, na qual foi acordada a destinação de imóveis oriundos da extinta RFFSA em Municípios do Estado do Paraná.

O Plano de Ação da AGU, para 2010, tem como meta promover medidas para a redução da litigiosidade entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e destes com a sociedade civil, otimizar os recursos humanos e materiais no âmbito de sua organização administrativa, aprimorar o acompanhamento judicial de ações relevantes para a União, ampliar a capacidade de atuação conciliatória da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal e consolidar a sua estruturação administrativa, física e de pessoal.

b) Reforma do Poder Judiciário e Aperfeiçoamento da Legislação Infraconstitucional

Em 2009, o Poder Executivo, por meio do Ministério da Justiça (MJ), acompanhou e atuou diretamente visando assegurar a tramitação e aprovação dos projetos de reforma da legislação processual pelo Congresso Nacional. Em continuidade às ações iniciadas com o I Pacto de Estado, assinado em 2004, o Governo articulou, com os Poderes Legislativo e Judiciário, a assinatura do II Pacto Republicano de Estado, ocorrida em 29 de abril de 2009. Esse Pacto pugna por um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo. São três os pilares que sustentam o novo Pacto: Proteção dos Direitos Humanos e Fundamentais, Agilidade e Efetividade na Prestação Jurisdicional e Acesso Universal à Justiça.

Dos Projetos de Lei (PLs) objeto do II Pacto apresentados ao Congresso Nacional, dez já foram aprovados, em 2009, dos quais três alinham-se ao eixo de proteção aos Direitos Humanos Fundamentais, quatro ao eixo de Agilidade e Efetividade da Prestação Jurisdicional e três no eixo da Ampliação do Acesso à Justiça. Desses PLs resultaram as Leis nº 11.969, que permite aos advogados retirar os autos dos cartórios judiciais, por até uma hora, para melhor consulta ou mesmo a reprodução das folhas por meio de cópias; nº 11.900, que prevê a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência; nº 12.012, que qualifica como crime o ingresso de aparelhos telefônicos de comunicação móvel (celular), rádio ou similar, sem autorização legal, em penitenciárias; nº 12.016, que regulamenta o mandado de segurança individual e coletivo; nº 12.011, que dispõe sobre a estruturação das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, criando de 230 Varas Federais, com dois juízes (titular e substituto) cada, destinadas à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau; nº 12.019, que institui normas procedimentais para os processos de competência originária perante o STJ e o STF, permitindo a convocação de juízes ou desembargadores, para instrução e oitiva de réus ou testemunhas nos processos perante esses Tribunais; nº 11.925, que permite que o próprio advogado declare a autenticidade das cópias de documentos oferecidos como provas no processo trabalhista, substituindo o procedimento de autenticação atual, que é moroso, caro e pouco eficaz; nº 11.965, que permite a participação do defensor público na lavratura da escritura pública de inventário e de partilha, de separação consensual e de divórcio consensual; nº 132, que atualiza a Lei Complementar nº 80, de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para a sua organização nos Estados; e nº 12.063, que regulamenta o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

c) Democratização do Acesso à Justiça

Desde meados de 2007, o Governo elegeu o tema “Democratização do Acesso à Justiça” como eixo prioritário das ações programadas para os próximos anos. Nesse sentido, uma das ações prioritárias é a assistência jurídica integral ao preso e

seus familiares. Essa ação tem como escopo principal a democratização do acesso à justiça, conferindo aos presos tratamento como sujeitos de direito e propiciando condições para sua recuperação e reinserção social. Em 2009, a Defensoria Pública da União ampliou a assistência jurídica integral e gratuita à população, realizando 754.997 atendimentos em suas unidades. Além disso, o serviço itinerante foi intensificado, levando o atendimento a localidades das mais distantes regiões. Ressalta-se que, no dia 12 de agosto de 2009, foi criada a Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, cujo objetivo é disponibilizar defensores públicos de todo o País, em caráter voluntário, excepcional e solidário, para fiscalizar o cumprimento de penas, prestar assistência jurídica aos presos do sistema penitenciário brasileiro e verificar as condições carcerárias em articulação com as Defensorias Públicas Estaduais. O primeiro encontro da Força ocorreu nos dias 19 a 30 de outubro de 2009, na cidade de Ribeirão das Neves/MG, e contou com a atuação de 42 defensores públicos, procedentes de diferentes Estados, do Distrito Federal e da União. Durante o encontro, foram analisados 3.235 processos, com 3.816 atendimentos aos internos e realizados 9.781 prestações jurídicas.

O Governo, também, apoia a formação de novos Núcleos de Justiça Comunitária nas Defensorias Públicas, governos estaduais, municipais, ministérios públicos, tribunais de justiça e organizações da sociedade civil de interesse público, com vistas a incentivar o desenvolvimento de formas não adversariais de resolução de conflitos e de conscientização cidadã, por meio do financiamento de atividades de capacitação, aquisição de equipamentos, despesas com pessoal e adequações de espaços físicos. Em 2009, as atividades se concentraram no acompanhamento e monitoramento desses acordos.

Ressalta-se que o MJ, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), está promovendo a capacitação de equipes multidisciplinares dos Núcleos já implantados, em 2008, por meio de um curso sobre Mediação Comunitária. Em 2009, foram realizados sete cursos nas seguintes localidades: Instituto Casa São Francisco de Assis, no Bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre/RS, Sítio Cercado, em Curitiba/PR, Núcleos de Taguatinga e Ceilândia/DF, Núcleo Tancredo Neves, João XXIII, do Bairro do Pirambu e Grande Messejana, em Fortaleza/CE, Núcleo Casa Amarela, em Recife/PE, e Núcleo da Eptaciolândia/AC.

Ademais, está prevista a implantação de 18 novos Núcleos, em parceria com Ministério Público de Alagoas (um núcleo); Estado da Bahia (4 Núcleos); Prefeituras Municipais de Canoas; Passo Fundo e São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul; Prefeituras Municipais de Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis e Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro; Prefeitura Municipal de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo; Governo do Estado do Rio de Janeiro (2 Núcleos); Tribunal de Justiça de Pernambuco; e Ministério Público do Estado do Ceará.

